



# Monarquia Constitucional



## **Manuel José Correia Martins**

**Nascimento:** 11/09/1798 — Nogueira do Cravo

**Falecimento:** 18/01/1845 — Nogueira do Cravo

**Filiação:**

**Profissão:**

**Mandato(s):** 1836 e 1842 a 1844

### **Elementos Biográficos**

Participou nas campanhas liberais apoiando o D. Pedro IV, combatendo com o posto de capitão.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Os acontecimentos mais relevantes do seu mandato prendem-se com a construção do edifício dos Paços do Concelho. É sob a sua presidência que é mandada executar a planta do edifício e adjudicada a sua construção, após a compra de umas casas anexas ao terreno adquirido inicialmente, para que a construção pudesse ficar implantada com maior solenidade.

Destaca-se ainda a decisão de mandar retirar todos os frades de pedra existentes na vila — excepto os dos cunhais das portas — por constituírem um perigo para a circulação; é também adjudicada a construção de uma ponte em Madail e da estrada de Oliveira a Cesar, passando por Nogueira do Cravo.

A um outro nível, é também durante o seu mandato que se apresenta uma petição ao Rei para ser criada uma cadeira de latinidade na vila, por se considerar que era necessário para o desenvolvimento da mesma.

Pela primeira vez é referido nas actas das sessões da Câmara a elaboração de um código de Posturas Municipais e o funcionamento dos talhos é também alvo de uma regulamentação que os obriga a ter expostos os pesos e medidas empregues no atendimento dos fregueses.

O final da Guerra Civil é festejado com júbilo na sessão de 01 de Maio de 1844.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Actas das Sessões da Câmara: Livro 2 — 1843/1850

### **Bibliografia Consultada**

Correio de Azeméis: 05/10/1972, 16/01/1998.



## **José Soares de Pinho Silva Gomes**

**Nascimento:**

**Falecimento:**

**Filiação:**

**Profissão:**

**Mandato(s):** 1837, 1839

### **Elementos Biográficos**

.....

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

A ausência de livros de actas relativos ao período da presidência de José Soares de Pinho da Silva Gomes, não nos permite ter um conhecimento dos acontecimentos que caracterizaram o seu mandato.

Sabemos pela assinatura de despachos em requerimentos apresentados à Câmara que exerceu o cargo nos anos de 1837 e 1839.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Arquivo Municipal: Autos de vistoria, 1815/1881. Cx 78, nº 1.

### **Bibliografia Consultada**

.....

## **Manuel Joaquim da Silva**

**Nascimento:**

**Falecimento:**

**Filiação:**

**Profissão:**

**Mandato(s):** 1845 a 1846

### **Elementos Biográficos**

Nomeado vogal da Junta dos Repartidores da Contribuição Industrial, no ano de 1856.

No ano seguinte foi nomeado para a Junta de Repartidores da Contribuição Predial.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Assume a presidência devido à morte de Manuel José Correia Martins, quando este se encontrava no exercício do mandato, aí permanecendo aproximadamente um ano e meio.

Durante este período consegue acertar os termos para ser celebrado um novo contrato de arrematação das obras de carpintaria dos Paços do Concelho, em virtude da planta inicial ter sido alterada.

Nomeia uma comissão para conhecer as rendas e bens públicos da Câmara.

Tal como os restantes executivos, faz a regulação do fornecimento de carnes verdes, do aforamento de terrenos, autoriza os pedidos de licença apresentados e fiscaliza as denúncias.

Apresenta à Rainha, a pedido das populações de Cesar e Fajões, um requerimento para estas duas freguesias não serem desanexadas.

Enfrenta, na parte final do mandato, alguma contestação interna pela sua decisão de avançar com a empreitada de pedreiro, dos Paços do Concelho, por administração directa, na sequência de problemas com o seu avanço por arrematação.

Talvez essa decisão tenha estado na génese da dissolução do executivo e tomada de posse de uma nova Câmara.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Actas das sessões da Câmara: 10/01/1856, 09/12/1857.

Actas das Sessões da Câmara: Livro 2 — 1843/1850

### **Bibliografia Consultada**

.....



## **António Rebelo Valente Alves da Silva**

**Nascimento:**

**Falecimento:**

**Filiação:**

**Profissão:**

**Mandato(s):** 1846 a 1847 e 1862 a 1863

### **Elementos Biográficos**

Nomeado vogal da Junta das Contribuições Directas, no ano de 1846.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

O seu primeiro acto oficial como Presidente consiste em pedir ao seu antecessor que entregue todos os livros e documentos de contabilidade relativos ao mandato, ao que se segue a nomeação de uma comissão para fazer a revisão das contas do mandato anterior.

A Câmara anterior é acusada de ter ficado paralisada durante o período que designa por levantamento nacional — por nós conhecido como a Revolta da Maria da Fonte, um protesto dos povos rurais contra as novas leis sanitárias e impostos instituídos pelo Governo de Costa Cabral — e decide contratar um advogado para defender em tribunal a autarquia, nas causas resultantes dessa situação.

Manda fazer um levantamento do estado dos pagamentos dos devedores ao município.

O nascimento do infante D. Fernando em 1846 é motivo de festejos organizados pela Câmara.

Abre um inquérito ao estado das obras dos Paços do Concelho devido a uma denúncia de desvio de materiais e analisa a necessidade de alterações ao projecto. Acaba por fazer uma nova arrematação dos trabalhos, após obter a autorização do Governo Civil, que permite a assinatura de um novo contrato.

Depois de realizadas eleições a cerimónia de posse da Câmara eleita tem lugar a 3 de Outubro de 1846.

Poucos dias depois decide promover na vila manifestações de regozijo pela passagem do Conde das Antas — comandante militar da junta revolucionária do Porto, que se opunha ao Governo Cartista do Duque de Saldanha — com o seu exército a caminho de Lisboa.

Passados poucos meses a vereação foi dissolvida dando lugar a outro Presidente. Alguns anos mais tarde António Rebelo Silva voltaria a presidir à Câmara. No entanto, para esse período compreendido entre 1862 e 1863, não possuímos actas das sessões, que nos possibilitem fazer uma caracterização do mandato.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Actas das Sessões da Câmara: 03/03/1846

Actas das Sessões da Câmara: Livro 2 — 1843/1850



Arquivo Municipal: Autos de aforamento, vistoria, medição, agregação e vedoria, 1836/1903. Cx 81, nº 1.

**Bibliografia Consultada**

História de Portugal em Datas, Coord. António Simões Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.





## **José Carlos de Moura Peixoto**

**Nascimento:**

**Falecimento:**

**Filiação:**

**Profissão:**

**Mandato(s):** 1847 a 1851

### **Elementos Biográficos**

Eleito vereador em 1845.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

A sua tomada de posse resulta da nomeação de uma Comissão Municipal, na sequência da dissolução da Câmara anterior.

Desse modo, começa por pedir ao Presidente exonerado que apresente as contas do seu mandato.

Decide agir sobre os fiadores do arrematante dos impostos que se tinha juntado ao exército rebelde do Porto, para que estes paguem o valor em dívida e sejam excluídos de futuras arrematações.

Estabelece um plano de pagamentos bimestrais ao arrematante da obra dos Paços do Concelho.

Ainda no mesmo ano, em Outubro, toma posse depois de realizadas eleições. Procura então acertar forma de pagamento com os devedores à Câmara e decide enviar para tribunal os processos dos que não pagaram voluntariamente. Promove o acompanhamento das obras da Câmara através de vistorias realizadas de forma periódica.

Decide fazer a construção de um caminho em Cesar, da ponte de Silvar em S. Roque, a reparação da calçada na Rua de Santo António e de vários caminhos de Pindelo, da ponte de Requeixo em Macinhata da Seixa e da estrada e ponte para Vilar.

Delibera construir um edifício para a venda de fazendas brancas, no terreno de Hedeviges Pires da Mota, aumentando assim as dimensões da Praça dos Vales. Decide ainda, fazer a compra de mobiliário para os Paços do Concelho e enviar uma petição ao Rei, para a construção de uma escola que sirva as freguesias de Carregosa, Fajões e César.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Actas das sessões da Câmara: 02/01/1845.

Actas das Sessões da Câmara: Livro 2 — 1843/1850

Actas das Sessões da Câmara: Livro 1 — 1851/1855

### **Bibliografia Consultada**

.....

## **António Correia Bastos de Pina**

**Nascimento:** 08/05/1798 — Costeira, Carregosa

**Falecimento:** 1878 — Carregosa

**Filiação:** José Manuel Correia e Bernardina de Bastos Pina

**Profissão:**

**Mandato(s):** 1852 a 1854 e 1854

### **Elementos Biográficos**

Pai do Bispo Conde de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina.

Casado com Maria Joaquina da Silva — filha de Manuel José da Silva, do Picoto. Fez parte da vereação que ficou registada no 1º livro de actas existente na Câmara, no ano de 1830, o que indicia ter sido uma figura activa na política local.

Apesar da pouca informação disponível, a sua nomeação para o Conselho Municipal em 1849, parece sustentar esta hipótese.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Ao contrário do que as datas indicadas sugerem António Correia de Bastos Pina só foi eleito Presidente da Câmara uma única vez.

A segunda vez que assumiu a presidência foi em resultado da nomeação do Governo Civil, depois de ter sido considerada nula a eleição da vereação empossada a 02/01/1854 para assegurar a gestão até à realização de novo acto eleitoral.

Uma das primeiras medidas tomadas consistiu no pedido de colocação de um professor de gramática latina na vila, para colmatar essa falha no Concelho e no apoio ao pedido expresso pela população para que além desse fosse colocado um outro de gramática francesa.

Os processos de dívidas ao município foram organizados e enviados para o tribunal, de maneira a ser feita a sua cobrança coerciva. Em simultâneo, consegue chegar a acordo com alguns deles para evitar esse tipo de cobrança. Como os executivos anteriores, toma a seu cargo a regulação do abastecimento das carnes verdes, a fiscalização das denúncias o aforamento de baldios.

Por sua iniciativa é calçada a rua em frente aos Paços do Concelho e os locais da estrada real que necessitam de reparação. É também reparado o chafariz da praça, são construídas calçadas no perímetro urbano e uma ponte no regato das Barrocas.

Organiza as cerimónias de recepção à Rainha D. Maria II durante a sua visita à vila aquando de uma deslocação ao Norte do país.

Por determinação do Governo fornece o mobiliário para as escolas primárias do concelho.

O Governo Civil recomenda, em ofício, a reparação dos caminhos do concelho, expressando depois o seu agrado pela forma como a sugestão foi acatada.

Finalmente, toma medidas higiénico-sanitárias para impedir a propagação da cólera morbus.

Do período em que esteve na Câmara por nomeação do Governo Civil não há grandes factos a destacar visto que a preocupação principal consistiu na gestão corrente até à realização de eleições.





Saliente-se, no entanto, o pedido ao Conselho Distrital para que fosse autorizada a realização de um seguro no valor de 6.000\$000 reis sobre o edifício dos Paços do Concelho, para que a Câmara pudesse ser indemnizada no caso da sua destruição.

#### **Actividades complementares**

.....

#### **Fontes Consultadas**

Actas das sessões da Câmara: 01/08/1830, 11/07/1846, 1812/1849, 17/03/1852.

Actas das Sessões da Câmara: Livro 3 — 1851/1855

#### **Bibliografia Consultada**

[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=133228](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=133228)



## **Bento José da Silva Guimarães**

**Nascimento:** Oliveira de Azeméis  
**Falecimento:** Oliveira de Azeméis  
**Filiação:**  
**Profissão:**

**Mandato(s):** 1854

### **Elementos Biográficos**

Possuindo um nome muito semelhante ao do advogado Bento Ferreira da Silva Guimarães, nascido em 1851, o que poderia sugerir uma relação de parentesco entre os dois, tal não se confirma, depois de analisada a certidão de óbito deste último.

Nas actas, Bento Guimarães, não é tratado por bacharel, o que nos faz supor que se tratava de um proprietário ou comerciante.

Esta situação faz ainda mais sentido depois de verificar que o nome de Bento José da Silva Guimarães consta na certidão de óbito de António José da Silva Guimarães, como sendo o do seu pai. De António José, nascido em 1841, sabemos que era um proprietário importante e que se dedicava ao comércio, seguindo provavelmente as pisadas do seu pai, não só na sua vida particular como política, pois Bento Guimarães além do curto período em que foi presidente foi eleito algumas vezes vereador.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Apesar de tomar posse normalmente a 2 de Janeiro de 1854 a vereação eleita só exerceu funções até ao dia 26 do mesmo mês, não tendo tempo para levar a efeito qualquer tipo de medidas, excepto a marcação das cerimónias alusivas às exéquias da Rainha D. Maria II no dia 19 de Janeiro.

Na sessão do dia 27 a Câmara é destituída por ofício do Governo Civil, com base em irregularidades do acto eleitoral, sendo reempossada a vereação anterior.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Assento de óbito nº 7 do ano de 1910.  
Assento de óbito nº 304 do ano de 1929.  
Actas das Sessões da Câmara: Livro 3 — 1851/1855

### **Bibliografia Consultada**

.....



## **Luís Pinto Barreto Feio**

**Nascimento:**

**Falecimento:**

**Filiação:**

**Profissão:**

**Mandato(s):** 1854 a 1859

### **Elementos Biográficos**

Em 1845 é nomeado Juiz de Paz do círculo da vila e em 1850 vereador.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Às tarefas habituais de regulação e fiscalização das actividades desenvolvidas no território concelhio, poderemos acrescentar os aspectos que merecem maior destaque até Junho de 1858, data a partir da qual não possuímos os livros de actas, nem outros documentos, que nos lancem luz sobre o seu desempenho como presidente.

Como medida inovadora para a captação de receitas, Barreto Feio decide que a arrematação dos impostos, em vez de ser feita sobre o valor total esperado para o Concelho, seja feita antes por freguesia, ou grupos de freguesias, tornando o negócio mais atractivo para os interessados que, deste modo, não necessitavam de fazer um empate de capital tão avultado.

Organiza os festejos para comemorar o aniversário de D. Pedro V e posteriormente os relativos à sua aclamação.

Em resposta a questionário do Governo Civil sugere a extinção dos julgados da Bemposta e de Cambra, para serem integrados no de Oliveira.

Decide fazer a reparação das pontes em Madaíl e Carregosa, das calçadas na vila, da estrada junto à ponte do Caima em Ossela, da fonte da praça e chapear o tecto das cadeias para aumentar a segurança das mesmas.

Aprova a expropriação do quintal de António José Oliveira para alargar o espaço da praça e pede um empréstimo com esse fim. Para melhorar o funcionamento da mesma manda fazer 18 jogos de medidas completas.

São elaboradas Posturas sobre as características e circulação dos carros de bois, a proibição de urinar nas salas dos Paços do Concelho e relativa à venda ambulante de carne sem licença.

Apresenta uma petição ao Governo para ser mantido o traçado da estrada Lisboa - Porto, não se adoptando a proposta de desvio por Aveiro sugerida por José Estêvão.

Submete à aprovação do Conselho de Distrito uma proposta de entendimento com o arrematante da carpintaria da obra dos Paços do Concelho, em que as duas partes deixam de exigir os pagamentos em dívida, comprometendo-se o arrematante a terminar a obra e pagando a Câmara o valor necessário para esse efeito.

Decide construir uma ponte de pedra na Ribeira de Baixo em Ossela e autorizar os pedidos de exploração mineira no Concelho.

Após a extinção do concelho da Bemposta recebe o espólio documental ali existente e decide fazer a venda do edifício dos Paços do Concelho, para diminuir as despesas.



Para garantir as condições de higiene e saúde pública manda limpar e desinfectar as salas e cloacas dos Paços do Concelho e Prisões, bem como do matadouro e talhos.

Pede ao Governo a criação de escola em Ossela.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Actas das sessões da Câmara: 14/01/1845, 01/01/1850

Actas das Sessões da Câmara: Livro 3 — 1851/1855

Actas das Sessões da Câmara: Livro 1 — 1855/1858

### **Bibliografia Consultada**

.....

## **António Bernardo da Costa Pinto**

**Nascimento:** 1805 — Oliveira de Azeméis

**Falecimento:** 15/10/1884 — Oliveira de Azeméis

**Filiação:** Cipriano José da Costa e Luísa Cândida da Costa Basto

**Profissão:**

**Mandato(s):** 1860-1861



### **Elementos Biográficos**

Ficou órfão aos 14 anos, responsabilizando-se pela educação dos seus irmãos, todos mais novos do que ele: José da Costa Sousa Pinto Basto (que viria a ser Par do Reino) e Bernardo José da Costa Basto.

Dedicou-se à política durante 40 anos, militando primeiro no Partido Histórico e depois no Partido Progressista.

Durante esse período exerceu os cargos de Juiz de Direito Substituto, Administrador do Concelho e também o de Presidente da Câmara.

Antes disso, ainda durante o Antigo Regime, tinha sido Vereador da Câmara e Capitão de Ordenanças.

Desse posto pediu a demissão para amparo dos irmãos, alegando que tinha sido incorporado por desavenças pessoais com o comandante da Companhia de Ordenanças, visto que sofria igualmente de incapacidades físicas que o impossibilitavam para o serviço. Face ao exposto o Rei concedeu a dispensa do serviço activo em 1833.

Em 1846, organizou um Batalhão de Voluntários pela Junta do Porto, que se manteve em combate até à assinatura da Convenção de Gramido. Nessa altura atingira a patente de Tenente-Coronel. Terá rejeitado, nessa ocasião, algumas distinções nobiliárquicas, que lhe foram propostas.

Nesse ano fez igualmente parte da vereação da Câmara, situação que repetiu em 1852.

Em 1870 exerceu por um período de alguns meses o cargo de Administrador do Concelho.

No ano de 1878, apresenta à Câmara uma proposta para a expropriação de um terreno que possuía e era necessário para a construção da estrada para S. Martinho da Gândara. Ainda nesse ano, substituiu a pedido do mesmo o arrematante das contribuições municipais na cobrança dos impostos.

Em 1880, pede escusa do cargo de presidente do Asilo por ter atingido os 74 anos de idade.

O seu feitio conciliador valeu-lhe a alcunha de “Juiz de Paz”, por tentar encontrar sempre uma forma de conciliar os conflitos tanto na esfera pública, como privada.

Talvez por isso, o seu funeral foi acompanhado por representantes de todas as forças políticas, como forma de homenagear a sua personalidade e conduta.

Após a sua morte a vereação da Câmara decidiu prestar-lhe homenagem, mandando fazer um retrato para colocar na sala de sessões.





### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Para o período em causa não possuímos os livros de actas que nos permitam fazer a caracterização do mandato.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Jornal do Povo: 17/10/1884 e 21/10/1884.

Actas do Município sessão de 17/06/1846, 02/11/1852, 18/05/1870, 20/07/1870, 04/06/1878, 06/08/1878, 13/01/1880, 20/10/1884.

AHM/DIV/3/7/1686

Arquivo Municipal: Autos de aforamento, vistoria, medição, agregação e vedoria, 1836/1903. Cx. 81, nº 3.

### **Bibliografia Consultada**

.....





## **José António Gomes Leite Rebelo**

**Nascimento:** 02/03/1819 — Arrifana

**Falecimento:** 29/11/1907 — Oliveira de Azeméis

**Filiação:** Francisco António Gomes Leite e Maria Albina Cândida de Menezes

**Profissão:**

**Mandato(s):** 1864 a 1868 e 1872 a 1873

### **Elementos Biográficos**

Viveu com os seus tios o Capitão António Pinho Tavares e Caetana Margarida Leite em Santiago de Riba-Ul.

Comendador da Ordem da Conceição de Nossa Senhora de Vila Viçosa.

1º Visconde de Santa Maria de Arrifana, título atribuído em 03/02/1888 pelo governo de José Luciano de Castro, sob proposta de Simões dos Reis.

Em Abril de 1884 está doente. E também em Março de 1887.

Irmão de José Maria Rebelo.

A primeira referência ao exercício de cargos públicos acontece em 1878, com a sua eleição para procurador à Junta Geral de Distrito. Nesse mesmo ano, ainda será indicado para vogal da Junta dos Repartidores da Contribuição Industrial.

Após as cheias do Inverno de 1879 foi escolhido para a Comissão de auxílio às vítimas.

No início do ano de 1881 foi indicado para vogal efectivo da comissão de lançamento de impostos de rendimento, da qual foi dispensado no início de Fevereiro.

Mais tarde, em 1889, foi nomeado para vogal da Junta Escolar.

Entre 1891 e 1894 foi nomeado de forma quase ininterrupta como vogal da Junta de Matrizes.

Em 1892 é Presidente da Assembleia-geral do Centro Progressista.

Nomeado Juiz Substituto da Comarca em 1896, cargo que repetiu em diversas ocasiões.

Foi igualmente nomeado Vice-presidente da Junta Geral de Distrito, além de ter sido por três vezes presidente da Câmara.

Morreu vítima de pneumonia.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Os primeiros dois anos em que o Visconde de Arrifana exerce a presidência estão incluídos no lote, para os quais, não possuímos documentação que testemunhe a actividade da Câmara. Só no final de Janeiro de 1866 os livros de actas nos lançam luz sobre esse mandato.

Ainda assim podemos verificar o interesse e o empenho colocado no pedido de criação de uma escola primária em Cucujães, bem como na aceitação de subsídio do Conde Ferreira para a construção de uma escola na vila e na criação de aulas nocturnas para adultos em S. João da Madeira, Pinheiro da Bemposta e Oliveira de Azeméis. É decidida a construção de um cemitério em S. João da Madeira e acompanhadas as obras nos de Pinheiro da Bemposta e S. Martinho da Gândara. À reparação de várias calçadas junta a decisão de ser construída uma ponte de pedra em Cucujães e considera importante a construção de ponte na Escravilheira.



Pela primeira vez surge a referência à existência de um Livro de estiva para taxarem os preços dos géneros.

É feita a aquisição de uma bomba de incêndio e nomeados 4 homens para a operarem.

Na sua última passagem pela presidência é feita a compra de um cilindro para as estradas, autorizada a realização de uma feira na St.<sup>a</sup> Luzia, aprovados os projectos dos cemitérios de Santiago de Riba-Ul e Cesar e concede subsídio para a construção do cemitério de Macieira de Sarnes.

Manda abrir um poço no cemitério e outro no matadouro, este último para garantir as condições de higiene do mesmo. São iniciadas as estradas de S. João da Madeira a S. Martinho, de Oliveira de Azeméis a Madail e de Oliveira a Ovar.

### **Actividades complementares**

Publica no Jornal do Povo os primeiros textos que servem de base à elaboração dos Anais do Município, editados em livro por Bento Carqueja.

### **Fontes Consultadas**

Jornal do Povo de 02/11/1883, 14/04/1884, 19/02/1886, 25/03/1887, 08/10/1892, 04/03/1896, 01/12/1907, 04/12/1907.

Actas das sessões da Câmara: 17/02/1878, 03/12/1878, 11/02/1879, 21/01/1881, 09/10/1889, 18/11/1891, 19/11/1892, 24/10/1894, 30/10/1894.

Actas das Sessões da Câmara: Livro 5 — 1866/1869

Actas das Sessões da Câmara: Livro 6 — 1869/1872

Actas das Sessões da Câmara: Livro 7 — 1872/1874

### **Bibliografia Consultada**

Correio de Azeméis: 07/08/1975,

[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=54905](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=54905)

Nobreza de Portugal e do Brasil, vol. 3º, Editorial Enciclopédia, Lisboa, 1961, p. 297.



## Gaspar Máximo Ferraz Bravo

**Nascimento:** Casa da Quinta, Pindelo

**Falecimento:** 03/01/1881 — Pindelo

**Filiação:** Marcos Maximiliano Ferraz Bravo e Antónia Guilhermina Aranha Brandão

**Profissão:** Advogado

**Mandato(s):** 1868 a 1871 e 1878 a 1879

### Elementos Biográficos

Casou com Ana Piedade Pires Bravo.

Pai de José Maria Ferraz Bravo — que faria carreira como chefe de finanças — passando por diversas localidades, Maria da Assunção Pires Bravo e Maria da Natividade Pires Bravo.

No ano de 1866 foi eleito como procurador à Junta Geral do Reino, e seis anos mais tarde, em 1872, procurador à Junta Geral de Distrito.

Em 1872, propõe à Câmara a construção de uma variante na estrada para Arouca, desviada da sua propriedade em Pindelo, por ser mais económica, o que foi aceite.

Residiu na Rua Direita em Oliveira de Azeméis, no edifício que existia em frente à Igreja matriz, onde hoje se encontra um espaço ajardinado.

### Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)

Gaspar Bravo será eleito para a Câmara em duas ocasiões distintas, com um intervalo de seis anos.

A sua primeira passagem pela câmara, além das tarefas rotineiras do aforamento de terrenos, regulamentação do abastecimento das carnes verdes, licenças para construção e utilização de espaços, fiscalização das denúncias por uso indevido, ou apropriação de espaços e bens públicos, fica marcado por algumas acções e decisões que merecem destaque.

Desde logo é graças às suas diligências junto do deputado José Carlos Rodrigues que se consegue a confirmação régia da escritura de instituição do Asilo da Infância Desvalida.

São comprados 30 jogos de medidas e 4 balanças para o mercado da Praça dos Vales, que é mandado vedar com uma cerca de madeira.

Ainda no que respeita a feiras, autoriza, a pedido dos moradores de Nogueira do Cravo que a *feira dos 27* fosse repetida aos dias 7 e cria a feira ao dia 1 em S. Martinho da Gândara.

A delimitação do território das freguesias de S. João da Madeira e S. Roque, depois do pedido de aforamento de um baldio no limite entre as duas, implicará a intervenção da Câmara para criar um ponto de entendimento.

O mesmo será feito com a Câmara de Ovar a propósito dos limites de S. Vicente Pereira.

Aceita a plantação gratuita de amoreiras na vila, de forma a contribuir para o desenvolvimento da indústria da seda no território nacional.

Proíbe a divagação de gado nas ruas da vila, situação que além de perturbar a circulação podia constituir um perigo para os transeuntes.



Atribui verbas a diversas Juntas de Paróquia para a construção de cemitérios e responsabiliza-as pela não execução dessas obras, impedindo o cumprimento da lei que proibia a inumação de cadáveres nas igrejas.

Autoriza a cedência do outeiro do crasto para a construção da primitiva capela dedicada à Senhora de La-Salette.

Decide fazer a aquisição de uma segunda bomba de incêndio para apoiar a já existente, nos incêndios urbanos.

Pede ao Governo a criação de uma Cadeira de Francês e outra de Inglês na vila, depois da manifestação da vontade dos habitantes nesse sentido.

Autoriza a abertura e funcionamento de farmácias em Cesar e Carregosa.

No que respeita a obras saliente-se o alargamento da estrada para Arouca no troço de Bustelo, a construção da ponte da Escravilheira, da estrada entre S. João da Madeira e Macieira de Cambra e também o calcetamento de diversos caminhos.

A segunda passagem pela presidência começa com a elaboração de um voto de pesar pela morte do Rei de Itália (o pai da Rainha D. Maria Pia), que seria entregue na Corte pelo Par do Reino José da Costa Pinto Basto.

Estabelece que o encarregado pelas bombas de incêndio ficava obrigado a fazer testes ao funcionamento de 2 em 2 meses e a tratar da sua conservação.

Aceita a oferta da colocação de 48 lampiões a petróleo nas ruas e praça da vila por António José Ferreira Alegria, que assegura as despesas de funcionamento até a Câmara possuir rubrica própria no orçamento para garantir o pagamento.

Decide mandar fiscalizar a venda de leite após a denúncia feita pelo facultativo de que alguns vendedores o estavam a adulterar.

Avança com a expropriação de terrenos para a construção de estradas, um deles pertencente a António Bernardo Costa Pinto, necessário para a de S. Martinho. É iniciada a construção da ponte do primeiro lanço da referida estrada e feita a reparação da Rua do Cruzeiro.

Consegue da Comissão Distrital a autorização de um empréstimo de 8 contos de reis para a realização de obras públicas, este seria feito por Francisco Albano Amador Pinto Valente e ao seu sogro Manuel Firmino da Costa Nunes.

A fase final do mandato ficará marcada pelas cheias de 1879 que destruíram moinhos, pontes e estradas, situação que podia ser muito gravosa para a subsistência das populações.

Para acorrer a essa emergência e, apesar de todas as condicionantes legais, decidiu que fosse organizada uma comissão para fazer a compra de subsistências para fornecer as populações. Em simultâneo pede ao Engenheiro Distrital a realização de uma avaliação ao estado das pontes e um cálculo dos prejuízos.

Ao Governo Civil pede instruções sobre a forma de fazer as despesas mais urgentes, integrando-as em orçamentos futuros, e ao Rei um subsídio a título excepcional para a reconstrução das vias e obras de arte destruídas pelas Cheias. Apesar desta situação, ainda fazem a arrematação da construção do segundo lanço da estrada para St. Amaro por Adães e da construção de um edifício para servir de talho, após compra do terreno, na praça da vila. Ao Governo é entregue por Ernesto da Costa Pinto Basto uma petição para a construção da estrada de Alumieira a St. Amaro, e pedida a classificação da estrada entre a La-Salette e a estrada de Oliveira a Carregosa.





Considera paroquial o baldio do outeiro do crasto, no limite do Calvário e utilizado pelos moradores do Calvário e Cidacos.

Para melhorar a qualidade de vida no centro da vila proíbe a circulação de carros de bois com as rodas a chiar.

Por último promove uma homenagem aos dois deputados oliveirenses, José da Costa e Ernesto da Costa Pinto Basto, pelo apoio prestado à Câmara e ao desenvolvimento do Concelho.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Actas das sessões da Câmara: 08/04/1866, 25/07/1870, 04/02/1872, 17/03/1872, 11/04/1872.

Actas das Sessões da Câmara: Livro 5 — 1866/1869

Actas das Sessões da Câmara: Livro 6 — 1869/1872

Actas das Sessões da Câmara: Livro 10 — 1878

Actas das Sessões da Câmara: Livro 11 — 1878/1880

Entrevista com o Sr. Engenheiro Delgado

### **Bibliografia Consultada**

.....



## **Abílio Augusto Correia Bandeira**

**Nascimento:**

**Falecimento:** 04/1877

**Filiação:**

**Profissão:**

**Mandato(s):** 1874 a 1877

### **Elementos Biográficos**

Eleito procurador à Junta Geral de Distrito em 1884.

Fez parte do grupo da comissão encarregada de coligir os elementos históricos para os anais de Oliveira de Azeméis.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Durante a presidência de Abílio Bandeira, além das tarefas habituais de fiscalização e autorização dos pedidos de obras, de cedência de terrenos, do controlo do abastecimento das carnes verdes e da expropriação de terrenos para a construção de estradas, podemos salientar:

- O apoio aos pedidos das Juntas de Paróquia de Santiago de Riba-UI, Cesar e S. Martinho da Gândara, para a criação de escolas femininas;
- A recusa do pedido de suspensão da postura que estabelecia as licenças de venda no Concelho, feito pelos comerciantes;
- Arbitra a regulação dos limites entre as freguesias de Santiago de Riba-UI, Roque e Oliveira de Azeméis, no sítio da Lomba;
- A conclusão da ponte das Travessas e da estrada de St.<sup>a</sup> Luzia a Rio de Ossos;
- Desamortização de baldios em Macieira de Cambra e Cesar;
- Conclusão do cemitério de Santiago de Riba-UI, que é cedido à Junta de Paróquia;
- Construção das estradas de Carcavelos à igreja de Santiago e da Venda-nova a Rio de Ossos;
- Decidida a construção da estrada entre Vide e a igreja de S. Martinho, entre Oliveira e Carregosa e o segundo lanço da estrada entre Oliveira e Martinho;
- Autoriza a construção de escola em S. Martinho da Gândara e apoia o pedido de criação de uma escola em S. Roque.

A última sessão a que preside ocorre a 20 de Março de 1877. Na sessão imediata, a 10 de Abril é o vice-presidente que assegura a condução dos trabalhos, aproveitando para fazer um voto de pesar pelo falecimento do presidente, sem no entanto referir a data em que tal facto ocorreu, deixando-nos em aberto esse intervalo de tempo.

Até ao final do ano é Alexandre Celestino Soares Albergaria que preside a todas as reuniões, sem contudo haver um novo auto de posse, e mantendo o título de vice-presidente, com excepção de duas sessões em Outubro em que, certamente por lapso do secretário, aparece referido como presidente.





## **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Actas das sessões da Câmara: 08/02/1884, 10/04/1877.

Actas das Sessões da Câmara: Livro 7 — 1872/1874

Actas das Sessões da Câmara: Livro 8 — 1874/1876

Actas das Sessões da Câmara: Livro 9 — 1876/1877

### **Bibliografia Consultada**

Annaes do Município de Oliveira de Azeméis, Porto, Livraria Chardron, 1909.



## **António Simões dos Reis**

**Nascimento:** 1842 — Condeixa

**Falecimento:** 14/05/1905 — Porto

**Filiação:** Manuel Simões dos Reis e Margarida da Conceição Simões

**Profissão:** Advogado

**Mandato(s):** 1880 a 1881

### **Elementos Biográficos**

Originário de uma família ilustre de Condeixa, ainda era parente de Rodrigo Fonseca Magalhães.

Estudou latim no Sebal em 1853 e em 1866, concluiu o curso de Direito Na Universidade de Coimbra.

Filiou-se no partido Progressista logo após a sua formação, sob a égide do Duque de Loulé.

Em Condeixa foi responsável pela criação do teatro, tendo participado como amador em algumas peças, durante o tempo de estudante em Coimbra.

Era também um adepto dos prazeres da caça, organizando algumas batidas para os seus amigos.

Antes de vir para Oliveira de Azeméis em 1878, onde exerceu advocacia, foi Administrador nos concelhos de Condeixa, Soure e Montemor-o-velho.

Em Oliveira de Azeméis, fundou e foi o primeiro director do Jornal do Povo, que se alinha com as ideias do Partido Progressista.

Casou com Eduarda Elisa de Sousa Vasques, natural de Cucujães.

Sofria de reumatismo, sendo ciclicamente noticiados no Jornal do Povo os períodos de doença reumática do seu fundador.

Em Março de 1887 é eleito deputado pelo círculo de Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga, na lista do Partido Progressista. Reeleito deputado pelo mesmo círculo em 20/10/1889 e em Novembro de 1899.

Em Setembro de 1887, consegue a classificação como Distrital da estrada para Nogueira do Cravo, transferindo esse encargo dos cofres da Câmara para os órgãos distritais. Em simultâneo diligencia para a atribuição de subsídios para a ponte da Escravilheira e estrada para Sever do Vouga, apoiando assim os seus correligionários progressistas, então no poder.

No ano de 1892 transferiu a sua residência para a cidade do Porto, onde continuaria a exercer advocacia e chegou a ser Juiz substituto, mas manteve sempre a ligação a Oliveira de Azeméis, onde vinha amiúde.

Em 1905 é eleito deputado pela última vez, pelo círculo do Porto. Não chega, no entanto a tomar posse por falecer antes da abertura das Câmaras.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Apesar de ter sido presidente da Câmara apenas durante 2 anos, Simões dos Reis tornou-se numa das figuras marcantes do desenvolvimento Oliveirense, não só pelo trabalho desenvolvido durante o mandato mas também pela sua actividade como deputado.

O seu início de mandato fica marcado pela atribuição de um voto de Louvor ao seu antecessor — Gaspar Máximo Ferraz Bravo — e pela nomeação de António José Ferreira Alegria para Director do Asilo da Infância Desvalida,



depois de António Bernardo da Costa Pinto ter pedido escusa do cargo, devido à sua idade avançada.

As grandes cheias de 1879 ainda vão influenciar a sua acção no que respeita à realização de obras pois muitas das estradas, caminhos e pontes tinham ficado gravemente afectadas, o que o levou a avançar com a reconstrução de pontes em UI, Figueiredo, Minhoteira, Avelar e Madaíl — contraindo um empréstimo de 2.000\$000 reis para a reconstrução destas últimas - e a tomar posse administrativa da ponte de São Martinho da Gandara após um conflito com o construtor.

Tenta iniciar o 4º lanço da estrada para Arouca, para o qual pede um subsídio ao Governo, manda elaborar uma planta para a ligação entre Ossela e a Feira dos 18 (Cesar), para a estrada Oliveira — Sever do Vouga pela fábrica do Caima, para a estrada Pinhão - Pindelo e lança o 1º troço da estrada Oliveira de Azemeis — Santo Amaro. Consegue ainda um subsídio de 7.070\$214 reis para a estrada STiago — São Martinho da Gândara.

Na construção do 1º troço da estrada para Adães que inicia, vê ser recusada, pela Comissão Executiva da Junta Distrital, a modificação do projecto inicial, recebendo instruções para iniciar de imediato a expropriação dos terrenos necessários, o que faz.

Apresenta uma petição ao Governo para que a estrada Oliveira — Santo Amaro fosse classificada como Distrital — retirando ao Município os encargos com essa construção — no que conta com o apoio do então deputado Ernesto da Costa Pinto Basto, a quem posteriormente fará um voto de Louvor pelo seu papel na obtenção desse objectivo.

Como em outros mandatos, a questão do matadouro é abordada nas sessões da Câmara, sendo decidido fazer a venda do edifício por o mesmo não ter as necessárias condições de higiene e estar situado no interior da Vila. Por outro lado foi decidido construir um talho no espaço urbano.

Durante o seu mandato a acção fiscalizadora é intensa, sendo frequentes as deliberações a intimarem os munícipes a demolirem obras realizadas ilegalmente. Talvez por isso, é durante a sua presidência estabelecido que todos os pedidos de licença para obras confinantes com caminhos e estradas fossem acompanhadas de planta(s), que ficariam depositadas no Arquivo Municipal.

Outros aspectos marcam a acção de Simões dos Reis, enquanto Presidente da Câmara: a elaboração de Posturas para protecção dos direitos dos animais, a participação na homenagem a Camões, o início da actividade com vista à construção de um hospital no Concelho — constituindo uma comissão que se encarregou da primeira recolha de fundos com esse fim — o protesto apresentado ao Governo pela legislação que transferia para as Câmaras Municipais as despesas com pagamento dos professores primários que se juntavam às despesas já suportadas com o equipamentos das escolas, e também o pedido de colaboração lançado aos padres do Concelho, através de um questionário que lhes foi enviado, para que os mesmos compilhassem os dados necessários à elaboração dos Anais do Município.

Como curiosidade, refira-se que durante o seu mandato se registou uma visita de inspecção à actividade da Câmara, levada a cabo pelo Governador Civil, em Novembro de 1880 e que ficou registada com o seu visto no livro de actas em uso.



## **Actividades complementares**

.....

## **Fontes Consultadas**

Jornal do Povo: 16/09/1884, 25/12/1885, 15/03/1887, 09/09/1887, 11/10/1887, 23/02/1889, 23/10/1889, 29/11/1899, 11/02/1905, 17/05/1905.

O Oliveirense: 07/10/1882.

Actas das Sessões da Câmara: Livro 11 — 1879/1880

Actas das Sessões da Câmara: Livro 12 — 1880/1881

Actas das Sessões da Câmara: Livro 13 — 1881/1884

## **Bibliografia Consultada**

.....



## **Ernesto da Costa Sousa Pinto Basto**

**Nascimento:** 1847 — Oliveira de Azeméis

**Falecimento:** 06/06/1914 — Oliveira de Azeméis

**Filiação:** José da Costa Sousa Pinto Basto e Maria Rita Carvalho de Sousa

**Profissão:** Capitalista



**Mandato(s):** 1882 a 1886 e 1914

### **Elementos Biográficos**

Filho mais velho de uma das personalidades políticas de Oliveira de Azeméis no século XIX, era quase natural o seu envolvimento na vida política num Portugal onde a mobilidade das populações era reduzida, o que contribuía para a estabilização das elites locais.

A sua carreira política começa no Partido Progressista, juntamente com o seu irmão Artur.

No entanto, é pelo partido Regenerador que será eleito Presidente de Câmara.

Em 1878 é indicado para vogal da Junta dos Repartidores da Contribuição Industrial e no ano seguinte fará parte da Comissão para auxílio das vítimas das cheias.

Será eleito deputado em 1885, cargo que exerce em simultâneo com a presidência da Câmara, o que lhe valerá grandes críticas do Partido Progressista que acusa de abandonar os destinos da vila ao ausentar-se largos períodos para Lisboa.

Em 1886, parece retirar-se da vida política, cedendo a candidatura como deputado ao Conde do Covo, e não se candidatando à Câmara.

Em Março desse ano envia ofício a agradecer o voto de pesar feito pela Câmara, após a morte de seu pai José da Costa.

Viria, no entanto a ser nomeado Governador Civil de Aveiro, em Julho de 1900, mas pediria a exoneração em Maio de 1901 por divergências com Hintze Ribeiro, então líder do Governo.

No mesmo ano foi igualmente nomeado Juiz substituto da Comarca de Oliveira de Azeméis.

Ao contrário da quase totalidade dos políticos locais do século XIX, cuja actividade pública se findou com a queda da monarquia, Ernesto Costa Pinto Basto, ainda viria a ser eleito presidente da Comissão Executiva da Câmara em 1914. A sua permanência no lugar foi efémera visto que faleceu poucos meses depois de empossado, sendo substituído pelo seu vice-presidente Aníbal Beleza. No seu testamento deixou legados ao Asilo e ao Hospital.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

O mandato de Ernesto Costa Sousa Pinto Basto fica marcado logo na sua tomada de posse pela polémica com Simões dos Reis, que acusa de irregularidades a votação em Ernesto Pinto Basto, obrigando a que a mesma seja repetida para depois aceitar o resultado.

A sua primeira medida é radical e consistiu na suspensão imediata de todas as obras em curso, devido ao facto de a Câmara não possuir recursos financeiros para a sua execução. Talvez por isso, durante o seu mandato as contribuições



para os expostos ou para as instituições de âmbito distrital são sistematicamente adiadas.

Em contrapartida, promove o aumento dos impostos indirectos, essencialmente sobre o vinho e as carnes verdes, como forma de aumentar a obtenção de receitas.

Por outro lado, desenvolve a desamortização de baldios municipais, numa tentativa de arrecadar maiores receitas sem prejuízo para as populações. Em simultâneo, trata de considerar paroquiais alguns baldios em Loureiro, Travanca e Cucujães, recusando igual pedido na freguesia de Palmaz.

Apesar dessa medida inicial, Ernesto Pinto Basto, não passa os seus mandatos sem fazer algumas obras importantes para o Concelho. Podemos destacar a construção do pontão do Caniço, da ponte do Ruivo, da estrada entre Cucujães e a Margonça, da estrada de Rebordões, da estrada entre a Feira dos 18 e a Cruz da reparação da canalização do chafariz da rua do Mártir e ampliação das minas abastecedoras do mesmo. Para além disso, ainda procede à expropriação de terrenos nas Travessas, São Martinho da Gândara e Cucujães para a construção de estradas nesses locais. Manda ainda fazer o estudo da estrada Calvario — La Salette para a qual vai pedir um subsídio ao Governo. Solicita também a classificação da estrada Vide — Ovar pela igreja de São Martinho da Gândara.

A prestação de trabalho é genericamente autorizada, para a reparação dos caminhos.

Encerra o matadouro por falta de condições e apresenta, como alternativa, um terreno em Cidacos, propriedade do Conde de São Januário, no qual é construído novo matadouro.

A estas realizações, junta a criação de um segundo partido médico na vila de Oliveira de Azeméis, decide fazer a cedência do material contra incêndios na posse da autarquia, no caso de ser criado um corpo de bombeiros na Vila; pede a instalação de um posto de telégrafo em São João da Madeira e que o de Oliveira seja considerado de serviço permanente; autoriza que a feira em São João da Madeira se realize no último dia do mês por isso ser desejado pelos vendedores e moradores; autoriza a construção de um coreto na praça pela Filarmónica Oliveirense, que assim o poderia utilizar para as suas actuações; cria uma comissão para a revisão das Posturas Municipais que apresenta um projecto de Posturas que é aprovado; recebe um donativo de 1.000\$000 reis da Condessa da Penha Longa para a criação de um hospital, nomeando depois uma comissão de senhoras para recolherem esmolas, no sentido de aumentar o pecúlio e iniciar a obra; nomeia uma nova Comissão Administrativa para o Asilo; promove a demarcação dos limites concelhios com Estarreja na freguesia de Loureiro, e decide fazer um empréstimo de 16.000\$000 reis para saldar as dívidas da Autarquia.

No entanto, a polémica com que iniciou o cargo não se esbateu com o passar do tempo e, assim, manteve um conflito com o construtor da estrada para Adães, por considerar que não lhe devia fazer qualquer pagamento uma vez que a estrada tinha sido classificada como distrital; o Jornal do Povo, afecto ao Partido Progressista de Simões dos Reis, critica-o pela autorização que concede para a lavagem de trens no chafariz da praça e na aplicação das Posturas sobre cães, acusando-o de parcialidade. Na sessão de 18/08/1885 desentende-se com o vice-presidente, a propósito de uma proposta que





apresenta para ser reduzido o ordenado do Secretário da Câmara, situação que o vice-presidente contesta propondo a manutenção do ordenado, proposta que prevaleceu.

Perante essa situação, Ernesto Pinto Basto abandonou a cadeira da presidência dizendo que já não tinha condições para continuar a exercer o mandato, por sentir que deixara de ter a confiança dos vereadores, mantendo-se como vereador até ser forçado pela Comissão Distrital a retomar o cargo.

À data da morte do seu tio António Bernardo Costa Pinto promove um voto de pesar e é decido homenageá-lo com a colocação do retrato na sala das sessões da Câmara.

A sua passagem pela Comissão Executiva em 1914 foi efémera, visto que viria a falecer ao fim de 6 meses. Ainda assim, podemos destacar algumas medidas no âmbito da saúde pública como a compra de vacinas para os facultativos aplicarem à população, a colocação de escarradores nas repartições públicas a pedido do Delegado de Saúde, e a aquisição de um instrumento de avaliar a qualidade do leite. Também conseguiu chegar a acordo com a Junta de Paróquia de Cesar e os proprietários do campo da feira dos 18, sobre a posse das árvores ali plantadas. Por fim, como última medida, destaque-se a autorização da cedência da Escola Conde Ferreira para a realização de uma Feira Comercial e Industrial durante as festas de La-Salette.

### **Actividades complementares**

Mesário da Santa Casa da Misericórdia em 1902.

### **Fontes Consultadas**

Jornal do Povo de 04/07/1884, 09/01/1885, 03/11/1885, 25/05/1901, 09/07/1902.

A Opinião: 11/06/1914.

Assento de óbito nº 260 do ano de 1914.

Actas das sessões da Câmara: 03/12/1878, 11/02/1879, 11/03/1886.

Actas das Sessões da Câmara: Livro 13 — 1881/1884

Actas das Sessões da Câmara: Livro 14 — 1884/1885

Actas das Sessões da Câmara: Livro 15 — 1885/1886

Actas das Sessões da Câmara: Livro 16 — 1886/1887

Actas das Sessões da Câmara: Livro 24 — 1911/1914

Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara: Livro 1 — 1914/1915

### **Bibliografia Consultada**

A Voz de Azeméis de 27/11/96.



## **Francisco Albano Amador Pinto Valente**

**Nascimento:** 1838 — Avanca

**Falecimento:** 19/07/1911 — Cidacos, Oliveira de Azeméis

**Filiação:** José Caetano Valente e Ana Maria da Silva Amador

**Profissão:** Advogado

**Mandato(s):** 1887 a 1889

### **Elementos Biográficos**

Os seus pais falecem em Avança, separados por aproximadamente 1 mês no ano de 1885. Casado com Rita Margarida da Costa Amador Valente, que viria a falecer em 09/03/1902 no dia do seu 64º aniversário.

Pai de Manuel Ferreira da Costa Amador Valente.

Fez um empréstimo de 7 contos de reis à Câmara, no ano de 1879, em conjunto com o seu sogro Manuel Ferreira da Costa Nunes, para ser aplicado na construção de diversas obras.

No ano anterior tinha sido eleito procurador à Junta Geral de Distrito e vogal da junta da contribuição industrial.

Em 1881 foi indicado para vogal da Junta Escolar, cargo de que abdicaria no início do seu mandato, em 1887.

Vice — presidente da Comissão Executiva Progressista no ano de 1893. Nomeado Juiz substituto da Comarca em 1896.

Na última década do século XIX e início do século XX exerce de forma quase ininterrupta, funções como vogal da comissão de recrutamento militar.

O seu último grande envolvimento na política activa pelo partido Progressista consistiu em encabeçar a candidatura autárquica em 1904, que não seria bem sucedida.

Nos últimos anos da sua vida retira-se da política activa.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Começa por pedir a exoneração da Presidência da Junta Escolar, cargo que exercia à data da eleição.

Autoriza a vedação da pia nasce-água na La-Salette.

Aceita donativos para construir uma estrada da Alumieira a Ovar, que será posta em execução algum tempo depois.

Atinge um ponto de entendimento com a Câmara Municipal de Estarreja para estabelecer o trajecto da estrada Loureiro a Avanca.

É dada continuidade às obras da estrada da La-Salette ao Calvário e ponte da Escravilheira graças aos subsídios recebidos do Governo.

A ponte da minhoteira também vai sofrer obras de reparações em diversas ocasiões. Numa delas intimam um morador do Pinheiro a fazer a reparação da ponte depois de a ter danificado ao atravessá-la com uma carroça. E, claro, que não será poupada pelas cheias do inverno de 1888/89 o que obrigará a mais reparações.

Essa cheia destruirá um conjunto significativo de pontes e estradas levando a Câmara a fazer um pedido ao Governo para a atribuição de um subsídio urgente para a reparação das vias e obras de arte destruídas ou seriamente danificadas com a inundação procedendo de imediato aos trabalhos de maior urgência.

Elabora um plano geral provisório das escolas de acordo com a solicitação do Governo Civil.

Depois de duas ofertas para a construção de barracas para os vendedores da Praça dos Vales, conseguem chegar a acordo com a proprietária das que ali existiam para que as mesmas continuassem a ser arrendadas aos vendedores, sendo suspenso o processo de despejo por ela iniciado.

Vende o barracão das barrocas que serviu de matadouro provisório.

Após um período de faltas injustificadas, elabora um inquérito ao facultativo Peixoto, que culmina na decisão de o suspender, embora a situação se arraste com processos sucessivos em tribunal. Decide também fazer a extinção do 2º Partido Médico da Vila que estava entregue ao facultativo Peixoto.

Devido às condições financeiras precárias da Câmara decide suspender a realização das festas do Corpo de Cristo, até à data organizadas pelo Município. Exerce um controlo apertado sobre o abate e venda ilegal das carnes verdes, e nomeia uma pessoa para marcar a lotação dos carros de aluguer, devido às reclamações constantes.

Decide nomear uma comissão para analisar as receitas aviadas pelo farmacêutico Leitão, relativas a 1888 e 1889, por considerar que o preço apresentado era exorbitante. Em função do parecer dessa comissão ir no mesmo sentido, decide não fazer nenhum pagamento.

Autoriza a venda de um terreno do asilo da Infância Desvalida e a realização de obras na Capela de Santo António.

Decide enviar ao Governo um pedido para que o ramal ferroviário tenha o percurso: Pessegueiro do Vouga — Macieira de Cambra — Oliveira de Azeméis — Vila da Feira — Espinho, onde entroncaria na linha do Norte, depois da realização de um comício popular nesse sentido.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Jornal do Povo de 31/08/1883, 16/02/1885, 20/03/1885, 19/12/1893, 04/03/1896, 12/03/1902, 02/11/1904.

A Opinião: 23/07/1911.

Actas das Sessões da Câmara: 01/09/1878, 03/12/1878, 14/01/1879, 20/09/1881, 05/01/1887, 15/01/1890, 16/05/1890, 05/11/1890, 04/01/1893, 24/10/1894, 30/10/1895, 08/10/1896, 18/10/1897, 26/10/1898, 09/01/1900, 30/10/1900, 29/10/1901.

Actas das Sessões da Câmara: Livro 16 —1886/1887

Actas das Sessões da Câmara: Livro 17 —1887/1888

Actas das Sessões da Câmara: Livro 18 — 1888/1890

Assento de óbito nº 90 do ano de 1911.

### **Bibliografia Consultada**

.....



## **José Lopes Godinho de Figueiredo**

**Nascimento:** 12/01/1853 — Pardieiro, S. Martinho da Gândara

**Falecimento:** 07/08/1900 — Oliveira de Azeméis

**Filiação:** José Lopes Godinho de Figueiredo e Ana Joaquina

**Profissão:** Advogado/Notário

**Mandato(s):** 1890 a 1895

### **Elementos Biográficos**

Oriundo de uma família de lavradores, cedo demonstrou vocação para os estudos o que levou os pais a pensarem que poderia abraçar a vida eclesiástica. Depois de frequentar a aula de instrução primária na casa de Manuel Francisco da Silva acabou por concluir a instrução primária na escola da Oliveira de Azeméis, ficando alojado, durante esse tempo, em casa de familiares.

Aos 14 anos ingressou no Seminário Maior do Porto onde frequentou os estudos preparatórios e o 1º ano do curso teológico. Quando já se encontrava no 2º ano do curso foi expulso por decisão do Conselho Disciplinar do Seminário.

Regressou à terra natal e, como castigo, o seu pai teve a intenção de o mandar para o Brasil sendo disso demovido pelo Juiz de Paz do Souto, João Alberto Nunes, que o convenceu a mandar o filho para Coimbra estudar Direito, encarregando-se o Juiz de Paz de lhe conseguir uma bolsa de estudo.

Durante o curso aderiu ao Partido Progressista, ao qual se manteve fiel e pelo qual desempenharia alguns cargos públicos.

Estagiou, como advogado, no escritório do Dr. Simões dos Reis, em Oliveira de Azeméis.

Concluído o curso em 1880, foi abrir o seu escritório de advogado em Ovar, onde permaneceu até 1885.

Nesse ano casou com Hermínia Pais de Carvalho, sobrinha de José da Costa Sousa Pinto Basto, regressando a Oliveira de Azeméis, onde ficaria a tomar conta do escritório do Dr. Simões dos Reis. Do seu casamento resultariam duas filhas, Isaura e Dulce, ainda menores à data da sua morte.

De entre os seus clientes podemos destacar a Junta de Macinhata da Seixa até ao ano 1892, em especial no que respeita às questões das divisões de baldios. Começou por ser eleito vereador no ano de 1887, para em 1890 ocupar a Presidência da Câmara, cargo que manteve até 1895. Nesse ano ainda participou como vogal na junta de recenseamento eleitoral.

Em 1889 foi nomeado vogal da Junta das Côngruas.

Depois de abandonar a vida política activa, regressou à sua actividade como advogado.

Em 18/01/1900, foi nomeado notário público na vila de Oliveira de Azeméis, actividade que acumulou com a advocacia.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

José Lopes Godinho Figueiredo é um dos Presidentes de Câmara do século XIX com um período de permanência no cargo, relativamente longo, cumprindo dois mandatos, num total de 6 anos.





Talvez pela sua formação em Direito, há uma preocupação, durante esse tempo, de regulamentar algumas actividades elaborando, por exemplo, Posturas Municipais sobre a caça no Concelho, ou reformulando o regulamento sobre os impostos aplicados ao vinho e carnes verdes no concelho — que vai merecer a sua atenção em 1890 e 1894 — momentos em que apresenta propostas para a sua alteração de acordo com as necessidades do Município. Aplica também medidas avulso, como a deliberação para que os proprietários de terrenos confinantes com estradas e caminhos públicos fossem obrigados a cortar a vegetação que invadissem as bermas e valetas.

Pressupomos que o mesmo motivo justifica o facto de os seus mandatos serem dos mais activos na entrega à autoridade judicial dos casos de incumprimento das Posturas Municipais ou deliberações do executivo, para que as mesmas fossem cumpridas coercivamente.

Há uma recomendação constante ao Zelador para que fiscalize as actividades comerciais, em especial a venda de carnes que é deixada livre na maior parte destes 6 anos, e por outro lado decide fazer a cobrança coerciva dos foros que ficavam por pagar.

No que respeita à realização de obras, autorizou genericamente ao longo dos mandatos a utilização da prestação de trabalho, quando solicitada tanto pelas Juntas de Paróquia, como por grupos de moradores, para a reparação de caminhos ou outras obras necessárias. Para além disso foram construídas calçadas em Damonde e Besteiros, reparado caminho junto à ponte do Ínsua, reparada a ponte de Requeixo, caminhos em S. Martinho da Gandara e Pinhão, construída uma ponte de madeira no Moinho do Meio — com o apoio dos moradores que cederam a madeira — e um pontão em Tugilde.

No espaço urbano da vila é aberta a rua que liga a Rua do Progresso ao Urgal, reparada a canalização do chafariz da Praça que se encontrava obstruído e contaminado; são também feitas obras na cadeia, a pedido do Delegado do Procurador e do Juiz, que as solicitam devido às questões relativas à higiene e saúde pública e também à segurança.

Ao Governo pede por duas vezes que seja concluída a ponte do Ínsua e o segundo lanço da estrada com destino a Sever do Vouga — obras distritais — protestando quando algumas das competências dos serviços das obras públicas municipais são transferidos para o Governo, por considerar que isso era uma ingerência na autonomia das autarquias.

A sua presidência fica marcada por outros aspectos igualmente interessantes. Logo no início do mandato, toma a iniciativa de estabelecer que, na ausência de um corpo organizado de bombeiros e possuído a Câmara Municipal equipamento para o combate a incêndios, ficavam os funcionários obrigados a comparecer nos locais onde deflagrassem fogos urbanos para dirigirem os trabalhos até à sua extinção.

Para o Asilo da Infância Desvalida nomeia uma nova direcção composta por Bento Ferreira Silva Guimarães, José António Gomes Carvalho e José Marques Pais de Carvalho.

À Condessa da Penha Longa apresenta um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido por esta filantropa na freguesia de Cucujães.

Com o Conde de São Januário vai ter uma relação ambivalente pois, por um lado consegue encetar um processo negocial que culmina com o acordo sobre.



o valor que a Câmara deverá pagar pelo terreno onde foi construído o matadouro em Cidacos, mas por outro, vai tentar obstar a que o mesmo construa um edifício na vila, por um alinhamento que estrangula a estrada, sendo no entanto a Câmara ultrapassada pela Junta das Obras Públicas que acede ao pedido do Conde.

Em resultado dessa situação é decidido que se faça o primeiro plano geral de alinhamentos para construções e reconstruções à face das estradas real e distritais dentro dos limites da vila, certamente com o propósito de garantir um instrumento normativo que servisse de salvaguarda às decisões do Município em situações semelhantes que acontecessem no futuro.

No que respeita à educação, além de assegurar o processo de colocação de professores, apoia os pedidos de abertura de escolas apresentados pelas Juntas de Paróquia de Pindelo, Loureiro e Nogueira do Cravo.

Em 1895, com vista a promover a defesa dos interesses económicos da indústria concelhia, apresenta uma petição ao Governo no sentido de que não fosse dado o exclusivo do fabrico dos chapéus de lã à Fábrica a Vapor do Porto, por isso ter como consequência o fim dessa indústria no Concelho.

A sua presidência fica ainda marcada pela demarcação dos limites entre as freguesias de Macinhata da Seixa e Travanca, tratando em seguida da divisão dos baldios existentes na primeira, pelos seus moradores.

Em 1891, aquando da revolta republicana do Porto, solidariza-se com o Rei, promovendo um voto de repúdio à acção dos revoltosos.

Mais tarde, em Outubro de 1892 será Artur da Costa Pinto Basto a merecer a condenação da Câmara, através de um voto de repúdio, por se ter envolvido numa discussão com o Juiz, durante um julgamento.

Durante o seu mandato termina o conflito com o facultativo Peixoto, médico do segundo partido de Oliveira, que tinha sido alvo de uma suspensão por faltas injustificadas ainda durante o mandato do seu antecessor. Durante o mandato de Lopes Godinho, o facultativo Peixoto tentou a reintegração e o pagamento de ordenados correspondente aos meses durante os quais a Câmara não o tinha readmitido, sempre sem sucesso, até chegar ao ponto de lhe ser recusado o pedido de exoneração por se considerar que o facultativo já se encontrava exonerado e que o lugar tinha sido extinto pelo que não podia ser admitido semelhante pedido.

Finalmente, no final do seu mandato são feitas as diligências necessárias para integrar o concelho de Cambra em Oliveira, num momento em que este é extinto.

Como curiosidade refira-se que é durante o seu mandato que é pedida a autorização para instalar o primeiro telefone do Concelho, entre a casa de Bernardo da Costa Basto e a sua Fábrica de Lanifícios do Caima.

### **Actividades complementares**

Durante o tempo de estudante colaborou, como redactor e caricaturista, no jornal humorístico “Vespa” editado em Coimbra.

Mais tarde, entre 1884/85 publicou uma série de artigos sobre a reforma da Câmara dos Pares.

Esteve também associado ao Jornal do Povo, criado pelo Dr. Simões dos Reis, onde colaborou como redactor e como director político.





### **Fontes Consultadas**

Jornal do Povo de 20/01/1900, 08/08/1900, 11/08/1900, 25/08/1900.  
Actas das sessões da Câmara: 11/07/1889, 19/12/1894, 10/04/1895.  
Actas das Sessões da Câmara: Livro 18 — 1888/1890  
Actas das Sessões da Câmara: Livro 19 — 1890/1891  
Actas das Sessões da Câmara: Livro 20 — 1892/1894  
Actas das Sessões da Câmara: Livro 21 — 1894/1895

### **Bibliografia Consultada**

Arquivo Distrito de Aveiro, Vol. XXIV, nº 96, 1958, pp. 303-307.



## **Daniel de Araújo Ribeiro**

**Nascimento:** 23/09/1858 — Pinheiro da Bemposta

**Falecimento:** 13/07/1935 — Pinheiro da Bemposta

**Filiação:** João da Silva Ribeiro e Joana Alves Araújo Ribeiro

**Profissão:** Advogado e Conservador Registo Predial

**Mandato(s):** 1896 a 1900

### **Elementos Biográficos**

Irmão de Evangelina de Araújo Ribeiro e Adriana Eduarda Araújo Ribeiro e Castro.

Em Novembro de 1885 faz exame para o cargo de delegado do procurador, tendo sido aprovado.

Em 12 Março de 1886 toma posse como administrador do concelho, cargo que exerce até 23 de Abril de 1890.

Em Maio de 1890 abre banca de advogado na vila de Oliveira. Em Dezembro desse ano, enquanto passeava tranquilamente deparou-se, com um incêndio numa habitação e, apercebendo-se de que no seu interior se encontrava uma criança em risco de morrer queimada, não hesitou em lançar-se para o interior do edifício salvando-a.

Em 1893 pede uma verba e autorização para fazer a aplicação da prestação de trabalho da freguesia do Pinheiro da Bemposta, na reparação da estrada da Minhoteira.

No ano seguinte faz parte do conjunto de munícipes que apresenta um pedido de alteração às datas sugeridas para as épocas de caça, nas propostas de Posturas sobre essa matéria.

A 8 de Janeiro de 1896 toma posse como Presidente, cargo em que se mantém até ser nomeado notário público da comarca, a 03 de Fevereiro 1900.

Exerceu o cargo de Juiz substituto em 1904.

Ficou como tutor de Eduardo Albuquerque Corte Real Tavares e Távora e do seu irmão, após a morte do pai dos dois jovens.

Nomeado interinamente administrador do concelho, em 26 de Outubro de 1904.

Voltaria a exercer o cargo de Administrador do Concelho em 1909.

Em 23 de Junho de 1910 foi nomeado Conservador do Registo Predial de Estarreja, cargo que manteve até à aposentação.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Eleito em 1895 Daniel Ribeiro vai permanecer no cargo até o abandonar por incompatibilidade de funções ao ser nomeado Notário em 1900.

Durante o período em que exerceu a presidência e dada a sua duração vários foram os assuntos que mereceram a sua atenção.

O primeiro dos quais foi a apresentação de uma petição ao Governo para no apeadeiro de Avança serem vendidos bilhetes pelo preço da estação anterior e serem feitos despachos de grande e pequena velocidade.

Pouco depois, apresenta uma outra em que solicita a construção do segundo lança da estrada do Caima.



Visto que na altura o concelho de Macieira de Cambra se encontrava integrado no de Oliveira de Azeméis, manda afixar editais a proibir a venda de géneros no mercado de Cambra, fora das horas legais. Pelo mesmo motivo, põe em execução o artigo das Posturas do concelho extinto, em que se definia a cobrança de taxas por ocupação de lugares na *Feira dos 9*.

Devido à situação das finanças camarárias, cujas receitas tinham descido 50%, decide aplicar um adicional de 25% às contribuições directas do Estado e 25% sobre os rendimentos tributados pelo imposto geral do Estado. No entanto, a Comissão Distrital apenas aprova um adicional de 20% sobre as contribuições directas.

Ao longo de todo o mandato vão sendo atendidos os problemas relacionados com as instalações das escolas primárias, casas para alojamento dos professores, equipamento e material didáctico.

Decide construir um arruamento na Praça dos Vales, para ordenar os lugares dos vendedores que até aí ocupavam o espaço indiscriminadamente e, de seguida, indefere o pedido de adiamento da mudança dos lugares, solicitado pelos vendedores, por considerar que se tratava de uma medida dilatória com vista a manter a situação tal como estava.

Manda liquidar e pagar os ordenados reclamados pelo facultativo Peixoto, de acordo com decisão do Tribunal, depois de terem sido esgotados todos os recursos apresentados pela Câmara.

Relativamente a outro caso que se arrastava há anos, a utilização da fonte de St. António em S. João da Madeira, começa por pedir que fosse dado cumprimento ao contrato elaborado em 1848 entre a Câmara e os denunciados por usurpação da nascente, para depois fazer aplicar a decisão do tribunal relativa à posse da mesma e favorável à Câmara. Resolvida a questão judicial manda reparar a referida fonte.

Pede ao Governo que as transgressões das Posturas sejam tratadas pelos Juizes de Direito e não pelos Juizes de Paz.

Aprova uma proposta de Postura a reprimir o pastoreio de gado em propriedades privadas.

Em 1898 o antigo concelho de Cambra é desanexado e, Daniel Ribeiro pede para ser feito o acerto de contas relativo ao período em que os dois concelhos estiveram fundidos. Acaba por chegar a acordo com a câmara de Cambra para ficar com a verba destinada à instrução primária nos anos de 1896 e 97.

Opõe-se com veemência ao pedido de anexação dos lugares de Várzea e Sousa de S. João da Madeira, pretendidos pela Junta de Paróquia de Arrifana.

Decide alugar parte do edifício onde estava instalada a recebedoria e repartição da fazenda, como forma de aumentar as receitas municipais.

Abre um inquérito a um funcionário da secretaria, por suspeitas de falsificar a assinatura do antigo Presidente Lopes Godinho Figueiredo nas isenções de recrutamento militar, acabando o funcionário por pedir a exoneração.

Intima os talhantes a fazerem a limpeza das imundices tanto no interior do matadouro, como nas ruas da vila.

Pede a cedência da casa de Ernesto da Costa Pinto Basto, na Felgueira, por ser a única que os facultativos médicos consideravam em condições, pela sua localização, de receber doentes contagiosos.

No que respeita a obras, destacam-se a reparação da estrada para S. Martinho da Gândara, da estrada Pinheiro a Alviães, chafarizes da vila e respectivos ramais de abastecimento, o início da construção da estrada de Cesar a



Vilarinho, a construção de um sistema de esgotos nos Paços do Concelho e da capela no hospital.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Jornal do Povo, 01/12/1885, 12/03/1886, 24/05/1887,  
Actas das sessões da Câmara: 01/01/1890, 05/07/1893, 18/07/1894,  
08/11/1897, 06/02/1900, 20/02/1909, 02/07/1910.

Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 1 — 1894/1896

Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 2 — 1897/1899

Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 3 — 1899/1901

Informações escritas prestadas pelo Juiz Conselheiro Mário Araújo Ribeiro.

### **Bibliografia Consultada**

.....





## António da Silva Carrelhas

**Nascimento:** 1848 — Vilar, Ovar

**Falecimento:** 27/12/1924 — Oliveira de Azeméis

**Filiação:** António da Silva Carrelhas e Ana Maria da Silva

Matos **Profissão:** Advogado/Notário

**Mandato(s):** 1900

### Elementos Biográficos

A sua família era originária de Pardilhó, concelho de Estarreja, mas ter-se-á fixado em Ovar onde António Carrelhas viria a nascer, juntamente com os seus irmãos Francisco Carrelhas - médico e jornalista — Luísa Bacelar Carrelhas e Maria Anunciação Carrelhas.

Proveniente de uma família humilde, a sua educação passou, como era habitual nessas situações, pelo seminário, tendo sido ordenado sacerdote. Viria a pagar os estudos de medicina ao seu irmão mais novo.

Já depois de ser padre conseguiu formar-se em direito, curso que concluiu em 1876, tendo, então, vindo para Oliveira de Azeméis onde se fixou e fez carreira como advogado, sendo inúmeras vezes contratado tanto pela Câmara Municipal— a primeira das quais logo no ano de 1878 — como por diversas Juntas de Paróquia, para tratar dos processos judiciais em que se envolviam. Refira-se, por exemplo, a partilha dos baldios de Macinhata da Seixa em que António Carrelhas foi o advogado da Junta de Paróquia de Macinhata.

Acabou por nunca chegar a exercer o sacerdócio, pelo menos de forma oficial, pois o Bispo do Porto terá vetado a sua nomeação quando vagou uma paróquia, por não lhe perdoar a realização de uma caricatura que o retratava, ainda durante a frequência do seminário. Apesar disso, foi o capelão da Comissão Patriótica Oliveirense, desde que esta foi fundada, até à data da sua morte.

Entre 1886 e 1889 foi membro da Junta Escolar, cargo do qual foi exonerado pela Câmara de Francisco Albano Amador Valente.

Além do direito, interessava-se pela arqueologia e História, recolhendo objectos — dirigiu escavações na propriedade do Sr. Alegria onde recuperou artefactos neolíticos — e documentos antigos na sua casa em Lações, publicando artigos sobre esses temas no jornal “O Século”. Infelizmente, um incêndio na sua casa originou a perda total dessa colecção.

A sua desarrumação tornou-se lendária e ultrapassava mesmo, as fronteiras concelhias, merecendo uma reportagem da “Ilustração Portuguesa” em Setembro de 1914, onde foi publicada a foto do seu escritório para ilustrar a excentricidade do seu proprietário.

Em 1900, depois de ter substituído, na Presidência da Câmara Daniel de Araújo Ribeiro acaba por abdicar do cargo, por incompatibilidade com a nomeação para o cargo de Notário.

Em 1907 foi o Presidente efectivo da comissão organizadora dos festejos pela construção do abastecimento de água à vila.

Viria ainda a fazer parte do júri, como vogal, de uma exposição Industrial organizada no concelho em 1913.





### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

O seu curto mandato fica marcado pela candidatura a um subsídio para a construção de uma escola feminina a instalar na vila, oferecendo a pedra de alvenaria e cantaria, prestação de trabalho, terreno e 250\$000 reis. Escolhe a Feira dos 11 para a construção da Nova Escola Conde Ferreira, depois de ter pedido ao Governo a sua mudança uma vez que a existente se encontrava extremamente degradada.

Inicia a construção da estrada que entroncava na Regional 65 até à igreja de UI.

### **Actividades complementares**

Envolveu-se no desenvolvimento da Santa casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, pelo menos desde 1894, ano em que aparece como secretário da instituição, vindo a ser Mordomo e Mesário até se tornar provedor entre 1912 e 1923.

Esteve também ligado ao arranque do Hospital e foi o autor da proposta para a realização dos retratos dos fundadores da Santa casa.

### **Fontes Consultadas**

Actas das sessões da Câmara: 11/06/1878, 05/12/1882, 16/12/1886, 13/11/1889, 19/12/1894, 19/08/1911.

Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 3 — 1899/1901

Jornal do Povo: 28/03/1884, 29/03/1887, 27/04/1892, 04/07/1894, 11/07/1900, 12/12/1900, 04/01/1902, 09/07/1904, 30/10/1907,

Correio de Azeméis: 08/01/1925, 04/07/1929.

A Opinião: 22/07/1913, 04/01/1925.

O Século: 31/12/1924

Assento de óbito nº 634 do ano de 1924.

### **Bibliografia Consultada**

Com Tradição, nº 15, Dezembro, 1996.



## **Sebastião Fernandes de Almeida**

**Nascimento:** 1861

**Falecimento:** 09/10/1937 — Oliveira de Azeméis

**Filiação:**

**Profissão:** Comerciante

**Mandato(s):** 1900 a 1901

### **Elementos Biográficos**

Casado com Maria de Bastos Almeida.

Comerciante, proprietário e correspondente do Banco Nacional Ultramarino. Tio de João e Francisco Fernandes de Almeida

Na última década do século XIX, ocupou em várias ocasiões o cargo de vogal da Junta dos Repartidores da Contribuição Industrial, por nomeação, assim como o de vogal da Comissão de recrutamento.

Em 1908 foi nomeado Administrador do Concelho substituto. Viria a ocupar esse cargo como titular efectivo na década de 20.

Forneceu os carbonetos necessários ao funcionamento dos candeeiros de iluminação pública, pelo menos no ano de 1912.

Em 1917 foi nomeado para a Comissão de abastecimento da vila, que se encarregava de procurar assegurar os géneros alimentares básicos, para fazer a sua distribuição pela população do Concelho. Nesse ano voltou a ser nomeado vogal da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial.

Esteve ligado à criação da Associação Comercial e Industrial de Oliveira de Azeméis, sendo em 1926 Presidente da Assembleia-geral.

Foi igualmente colaborador de diversos jornais da região.

Morreu no hospital depois de ter sido submetido a uma operação.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Durante o seu mandato morre José Lopes Godinho Figueiredo, sendo feito um voto de pesar e aceite a proposta da viúva para a instituição de um prémio escolar com o nome do advogado e político progressista.

As estradas e caminhos de Santiago de Riba-Ul, Minhoteira, Palmaz, Macieira de Cambra e Cesar são reparadas.

É decidida a compra de material para as bombas de incêndio na posse da Câmara, de material de desinfecção — a pedido do sub-delegado de saúde — é suspensa a venda do lote de acções do Teatro Oliveirense pertencente à Câmara.

É pedida autorização à Direcção de Obras Públicas para levantar a calçada da rua do Mártir, com vista à reparação da conduta do chafariz ali existente; são feitas obras urgentes na escola da vila; é aprovada a planta e orçamento para a casa do guarda do cemitério.

Acolhe a queixa dos negociantes de fazendas de lãs e algodão, para que os vendedores ambulantes também paguem impostos, visto que faziam concorrência ilegal.

Apoia, na ausência de uma associação comercial na vila, a petição dos comerciantes para que a cobrança de dívidas até 100\$000 reis seja feita em processo sumário e que os emolumentos não excedam 10% do valor total.



## **Actividades complementares**

.....

## **Fontes Consultadas**

Correio de Azeméis: 16/10/1937.

Jornal do Povo: 04/04/1908.

A Opinião: 25/12/1926, 09/04/1927, 19/04/1931, 16/10/1937.

Actas das sessões da Câmara: 18/11/1891, 19/11/1892, 24/10/1894, 08/10/1896, 18/10/1897, 17/01/1898, 26/10/1898, 30/10/1900, 18/10/1912, 15/08/1917, 19/12/1917.

Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 3 — 1899/1901

Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 5 — 1901/1904

## **Bibliografia Consultada**

.....

## **Artur da Costa Sousa Pinto Basto**

**Nascimento:** 06/08/1855 — Oliveira de Azeméis

**Falecimento:** 03/04/1925 — Oliveira de Azeméis, R. António Alegria, 95

**Filiação:** José da Costa Sousa Pinto Basto e Maria Rita Carvalho de Sousa

**Profissão:** Advogado/Conservador Registo Predial



**Mandato(s):** 1902 a 1903

### **Elementos Biográficos**

Irmão de Ernesto da Costa Sousa Pinto Basto e Leopoldo da Costa Sousa Pinto Basto.

Pai de Maria Gloria Silva e Maria Ascensão Gandra dos Santos.

Tal como o seu irmão Ernesto começa a carreira política no Partido Progressista, passando depois para o Partido Regenerador, o que o transformou num alvo predilecto do Jornal do Povo, que apoiava os progressistas.

É o Administrador do Concelho enquanto o seu irmão Ernesto cumpre o mandato de Presidente da Câmara, sendo exonerado em 11/03/86. Em 1890 voltará a exercer esse cargo.

Foi deputado em várias legislaturas — 1882, 1902, 1904 — uma delas, coincidente com a sua presidência da Câmara, o que contribuiu para ser um Presidente ausente em muitas sessões.

Em 1905 foi nomeado vogal substituto da Comissão Administrativa do Asilo. Profissionalmente assumiu o lugar de Conservador do Registo Predial em Guimarães, que manteve até Março de 1921, ano em que assumiu por permuta a conservatória de Ponte de Lima.

Empenhou-se nos últimos anos de vida para que fossem repostos os foros do Asilo da Infância Desvalida, que haviam deixado de ser pagos por muitos foreiros. Assumiu publicamente, nas páginas do Correio de Azeméis, a acusação a Albino dos Reis pela responsabilidade dessa situação.

À data da morte foi chorado com epíteto de “Pai dos Pobres”, o que se deve não só à luta pela reposição dos foros do Asilo, mas também, certamente, ao facto de ter cedido à Câmara dirigida por Aníbal Beleza — entre Junho e Dezembro de 1918 — um edifício de que era proprietário, onde tinha funcionado a padaria “Bijou” e que estava devidamente equipado, para servir de padaria Municipal, possibilitando a distribuição do pão aos mais desfavorecidos.

Longe iam os tempos em que, durante um julgamento, se envolveu em confrontos com um Juiz no Tribunal da Comarca, em 1892, devido a uma sentença desfavorável aos interesses do seu constituinte, situação que gerou polémica e lhe valeu amplas críticas no Jornal do Povo, órgão do Partido Progressista, e o desterro para Gouveia.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

O mandato de Artur Pinto Basto é marcado pelas suas longas ausências de Oliveira de Azeméis, uma vez que desempenhava, em simultâneo com este





cargo, o de deputado.

Ainda assim decide fazer a reparação da estrada de Fermil, depois de ter sido feita a oferta de 200 carros de pedra britada e de 200\$000 reis, pelos moradores, mas sem se comprometer a incluir verbas para esta obra no orçamento.

Lança uma subscrição para a construção de um monumento de homenagem a Mouzinho de Albuquerque, que não viria a ser concretizado.

Pede à Direcção de Obras Públicas a reparação da estrada Tonce — Avanca. Avança com a construção da estrada Caniços — Travanca, da ponte entre Pindelo e Pinhão, mantendo em simultâneo a decisão de construir a escola feminina em St. António.

Manda reparar a canalização do chafariz da rua do Mártir.

Decide pagar as receitas de medicamentos fornecidos aos pobres pelo farmacêutico Cunha Leitão em 1889/90, que tinham sido recusadas por Francisco Amador Valente e Godinho Figueiredo.

Demite o guarda do cemitério por vender o chumbo de um caixão. Pede ao Governo a reparação das estradas para Estarreja e Ovar.

Tenta votar a aplicação de uma percentagem sobre os impostos a pagar pelas minas de Nogueira do Cravo, sendo impedido por uma manifestação dos mineiros.

Decide posteriormente aplicar um adicional de 20% às minas, ao abrigo da lei geral, numa votação em que tem que usar o seu voto de qualidade. No entanto, a Comissão Distrital viria a indeferir esta decisão, por não terem sido ouvidos os quarenta maiores contribuintes do Concelho, como a lei exigia.

Manda comprar placas toponímicas de bronze para as ruas Almeida Garret e Mouzinho de Albuquerque.

Decide mandar publicar, nos jornais locais resumos das actas das sessões da Câmara.

Autoriza o aforamento de baldios em Palmaz.

### **Actividades complementares**

Foi membro Fundador da Escola Livre e foi seu 1º presidente honorário.

Era também sócio benemérito da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, entidade a quem entregou uma salva de prata que recebeu dos seus eleitores de S. João da Madeira.

### **Fontes Consultadas**

Correio de Azeméis: 09/04/1925.

Jornal do Povo: 12/01/1886, 12/03/1886, 06/02/1892, 10/09/1092, 29/10/1892, 22/11/1902, 19/08/1903, 40/05/1904, 31/12/1905.

A Defesa: 09/04/1925.

A Opinião: 27/03/1921, 14/05/1921.

Actas de sessões da Câmara: 22/01/1890, 23/02/1905, 12/06/1918.

Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 5 — 1901/1904

Actas das Sessões da Câmara: Livro 22 — 1903/1906

### **Bibliografia Consultada**

[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=516995](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=516995)

César Guedes, Um Olhar Sobre o Passado, Caima Press, 1998, pp23,24.





## **António José da Silva Guimarães**

**Nascimento:** 1849 — Oliveira de Azeméis

**Falecimento:** 07/02/1910 — Oliveira de Azeméis

**Filiação:** Bento José da Silva Guimarães e Joaquina Rita da Conceição

**Profissão:** Negociante

**Mandato(s):** 1904

### **Elementos Biográficos**

Casado com Ana Máxima da Costa Basto, teve vários filhos, um deles viria a falecer ainda criança em Fevereiro de 1884. Outro, Joaquim Augusto da Costa Guimarães, casou em 1906 com Maria Antónia Ferreira Alegria.

Teve uma actividade política longa nas fileiras do Partido Regenerador.

É sua a proposta da realização de um empréstimo pela Câmara para usar nas obras do talho matadouro e abastecimento público de água, em 1878, quando era vereador.

No ano de 1881, foi proposto para vogal das matrizes da contribuição predial, cargo que voltaria a ocupar por diversas vezes no início da década de 90.

Em Março de 1883 oferece o jantar aos presos da cadeia da comarca.

No ano seguinte, em conjunto com outros moradores, oferece à Câmara uma verba para a abertura de uma rua que ligasse o antigo recinto da Feira dos 11 à Rua Direita, que retirou passados alguns meses por a Câmara não ter verbas para executar a obra.

Em Dezembro de 1886 pede a exoneração da Comissão Executiva do Asilo, que lhe é concedida em Janeiro do ano seguinte.

Numa acção de benemerência oferece as mangueiras para as bombas de incêndio da Câmara em 1890.

Possuía alguns terrenos aforados a António Bernardo da Costa Pinto.

Era dono de uma loja de tecidos na Rua Direita e de um depósito de tabacos. Em 1893 inicia a construção de uma casa por trás da igreja.

No ano de 1898 põe em funcionamento a moagem a vapor “Guimarães, Carvalho e C<sup>a</sup>” na antiga Feira dos 11, construindo em simultâneo um barracão para armazenar os materiais.

O início do século XX marca outro período de actividade pública mais acentuada.

Até 1906, além de ser eleito vereador e Vice-presidente em 1902, na presidência de Artur Pinto Basto, foi também nomeado vogal à Comissão Distrital, vogal da Junta das Congruas, da Junta de Repartição Industrial e da Comissão de Recrutamento.

Contribuiu, através de doação, para as obras no Asilo da Infância Desvalida. Foi membro do partido Regenerador e um dos seus líderes.

Morreu vítima de uma congestão.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

O seu mandato durou apenas um ano e resultou, de algum modo, do impedimento de Artur Pinto Basto, que acumulava o cargo com o mandato de deputado, o que dava origem a longas ausências em que António Guimarães o substituíva por ser o vice-presidente.



Destacam-se da sua presidência a decisão de não aceitar os pedidos de aforamento de terrenos baldios em Palmaz, optando por fazer a sua desamortização de forma equitativa para evitar prejudicar os moradores mais pobres que usavam esses terrenos como logradouros. Esta decisão serve em simultâneo para tentar atenuar as dificuldades financeiras da Câmara, pois cada terreno desamortizado rendia algum capital. No entanto, a Junta de Paróquia de Palmaz reclamou a divisão desses baldios, exigindo que dois terços deles lhe correspondessem ficando o terço restante na posse da Câmara. A proposta foi aceite e a Câmara nomeou o Engenheiro Daniel Ribeiro para fazer o levantamento e delimitação dos baldios. Este acabou por se tornar o assunto mais marcante da presidência, embora outros fizessem parte das suas preocupações.

Foi pedida ao Governo a reparação imediata da estrada de Oliveira para Estarreja e o pagamento da mobília para as escolas mista de Pinhão e feminina de S. Martinho da Gândara, por não possuir meios financeiros para essas despesas.

Decide alargar o espaço do mercado de S. João da Madeira que passa a ocupar a Praça de Santo António. É construído um pontão na Ribeira de Baixo, reparada a conduta que abastecia de água o matadouro, a pedido dos talhantes. São colocados frades no alinhamento da casa de Artur Pinto Basto, para impedir o acesso dos carros ao tanque ali existente.

Apoia a petição da Associação da Agricultura Portuguesa contra a importação de álcool, por isso ser prejudicial aos produtores nacionais.

Finalmente, autoriza Carlos Graça Lopes Sousa a construir um coreto na praça, para este actuar com a sua filarmónica, mediante a condição de o mesmo ser retirado quando a Câmara o entendesse e decide estudar a proposta de venda do pergaminho que institui o concelho, feita por Albertino Morais, de Lamego, sem, no entanto, chegar a fazer a aquisição.

### **Actividades complementares**

Tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia em 1902.

### **Fontes Consultadas**

Jornal do Povo: 27/03/1883, 19/02/1884, 03/08/1898, 09/07/1902, 22/11/1902, 19/08/1903, 12/02/1910

Correio de Oliveira: 12/05/1887 e 06/10/1887.

A Opinião: 13/01/1910

Actas das sessões: 26/11/1878, 29/11/1881, 01/09/1885, 23/12/1886, 30/12/1886, 19/01/1887, 09/04/1890, 18/11/1891, 19/11/1892, 29/03/1893, 24/10/1894, 30/10/1895, 08/08/1898, 08/01/1901, 05/06/1902, 25/06/1903, 12/10/1905, 04/10/1906, 10/12/1906.

Actas das Sessões da Câmara: Livro 22 — 1903/1906

Assento de óbito nº 7 do ano de 1910.

### **Bibliografia Consultada**

.....



## Alfredo Praça de Vasconcelos

**Nascimento:** 1842 — Cedofeita, Porto

**Falecimento:** 17/11/1918 — Cesar (Quinta do Outeiro)

**Filiação:** Frederico Pinto Pereira Vasconcelos e Ana Praça Vasconcelos **Profissão:** Engenheiro Civil

**Mandato(s):** 1905 a 1907 e 1908

### Elementos Biográficos

O seu pai foi um destacado militar das guerras peninsulares, tal como o seu tio Joaquim Maria de Vasconcelos, Capitão de Cavalaria no Regimento dos Dragões de Chaves.

Após a conclusão dos estudos trabalhou como engenheiro civil, abandonando o serviço no ano de 1870, quando exercia o lugar de chefe da repartição técnica dos telégrafos e faróis do Ministério das Obras Públicas.

Candidato à câmara em 1904 pelo partido Regenerador.

Pai de António Praça de Vasconcelos.

Está enterrado no Cemitério de Agramonte, no Porto, em jazigo familiar.

### Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)

Como primeira medida após a posse, Alfredo Vasconcelos suspende a divisão dos baldios de Palmaz, iniciada pelo seu antecessor António José da Silva Guimarães, até ver esclarecida a pretensão da Junta de Paróquia da Travanca, que afirmava ter direitos sobre alguns deles.

Em Março do mesmo ano encarrega o amanuense e o oficial da Câmara de organizarem o Arquivo Municipal num espaço de 3 meses, devido à constante dificuldade em localizar documentos antigos que tinham dado entrada e se tornavam necessários para a resolução de pedidos apresentados.

Cria a comissão sanitária para examinar o gado a abater no matadouro e processa todos os talhantes que não cumprem as condições higiénicas do fornecimento de carnes verdes.

Intima o dono da propriedade confinante com a ponte do Ruivo a pagar as reparações necessárias, uma vez que foi a sua acção que causou a degradação da ponte.

As dificuldades financeiras da Câmara levaram-no a aplicar um adicional de 5% sobre todas as contribuições cobradas pelo Estado. As mesmas razões estariam, por certo, subjacentes ao estabelecimento de taxas e licenças para o exercício de caça no concelho, como previsto nas Posturas. Pelo mesmo motivo é aprovado um novo regulamento de cobrança de impostos, mas este foi indeferido pela Comissão Distrital, ficando sem efeito.

A um pedido da Câmara Municipal de Sever do Vouga para se juntar ao requerimento em que era solicitado que a linha do Vouga fosse construída mais próxima dessa localidade responde negativamente, por entender que isso prejudicava o desenvolvimento do concelho.

Delibera que os empregados do cemitério e iluminação passem a limpar as ruas nas horas livres e intima os donos dos terrenos confinantes com as estradas a limparem as valetas e a vegetação a pender sobre as mesmas.

Alfredo Vasconcelos protesta publicamente em sessão da Câmara contra os jornais locais que o acusam de desentendimentos com o seu vice-presidente —





Augusto Leitão — e para deixar bem expressa a boa relação que mantêm decide fazer-lhe um voto de confiança.

Sendo a Câmara accionista do Teatro Oliveirense e verificando-se que a direcção do mesmo o abandonara, solicita ao Dr. Bento Guimarães a lista dos accionistas para poder convocar uma reunião e fazer eleger uma nova direcção.

Apoia a Junta de Paróquia de Macieira de Sarnes na petição ao Governo para ser criada uma escola mista na freguesia.

Aprova, com votação unânime, os estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, quando os mesmos foram apresentados em reunião de Câmara, decidindo posteriormente fazer a entrega aos bombeiros do material de incêndio já existente.

Agradece publicamente as ofertas dos beneméritos, como a Condessa da Penha Longa que construiu um troço de estrada em Cucujães, e o químico Ferreira da Silva que fez graciosamente análises de potabilidade da água das fontes da vila. Os beneméritos que oferecem à Câmara a canalização das águas desde a pia nasce-águas, na La-salette, à vila são homenageados na toponímia do espaço urbano, passando Bento Carqueja a dar o nome à Rua Direita, o Conselheiro Boaventura de Sousa à do Urgal e o Visconde de Santiago do Lobão à Rua Nova de St. António.

Igualmente homenageado na toponímia é o nome de José da Costa Pinto Basto, que passa a designar a até então chamada Praça dos Vales.

Ao Rei é pedido para mandar técnicos das obras públicas para fazerem o plano de regularização da edificação na vila.

Como principais obras realizadas podem destacar-se as obras nos Paços do Concelho, esgotos do matadouro, colocação de um portão no cemitério e a colocação de calçada no caminho da pia nasce-águas.

Após o interregno causado pela nomeação de Comissões Administrativas a vereação de Alfredo Praça de Vasconcelos reassume as funções a 20 de Fevereiro de 1908, por um período de 9 meses, até à realização de eleições em Novembro.

Durante este espaço de tempo podem considerar-se como merecedores de destaque a reparação de um chafariz público em Travanca, a intimação aos alquiladores para só fazerem a lavagem das carroças no chafariz da praça José da Costa, o apoio dado à petição para a criação de uma escola feminina em Palmaz e a autorização dada à Comissão Patriótica Oliveirense para embelezar o monte dos crastos e capela de La-salette.

Refira-se finalmente, que Alfredo Vasconcelos foi o responsável pela recepção organizada a D. Manuel II durante a visita ao Concelho, no âmbito da inauguração da Linha do Vouga.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Jornal do Povo: 02/11/1904.

A Opinião: 21/11/1918.

Assento de óbito nº 921 do ano de 1918.

Actas das Sessões da Câmara: Livro 22 — 1903/1906



Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 7 — 1903/1906  
Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 8 — 1906/1909

**Bibliografia Consultada**

.....



## **António Tomás Ferreira Cardoso**

**Nascimento:** 1863 — Santiago de Riba-UI

**Falecimento:** 23/01/1939 — Santiago de Riba-UI

**Filiação:** António Joaquim de Santiago e Ana Augusta Ferreira Cardoso

**Profissão:** Eng. Civil e Proprietário



**Mandato(s):** 1908 e 1910 a 1911

### **Elementos Biográficos**

Natural de Santiago de Riba-UI era um homem dotado de múltiplos interesses e cujo talento lhe permitia dedicar-se com sucesso às diversas áreas da expressão artística.

Os seus estudos começaram na sua freguesia de origem, tendo depois prosseguido no Porto, onde se viria a licenciar em engenharia civil pela Universidade do Porto.

Datam da época universitária as primeiras notícias do seu interesse pela actividade artística, pois integrou uma tuna académica que além dos espectáculos no território nacional foi convidada para actuar em Espanha.

Concluído o curso regressou a Santiago onde casou com Leonor Rebelo Valente. A partir desse momento a engenharia passou a ser uma actividade secundária, não se lhe conhecendo muitos trabalhos nessa área, apesar de ter sido autor de uma das propostas para o projecto do hospital de Marco de Canavezes.

Possuindo a esposa vários terrenos de cultivo dedicou-se à sua administração concentrando a actividade na fruti e silvicultura.

Essa opção deveu-se, provavelmente, ao seu vegetarianismo, visto que se alimentava quase exclusivamente de frutos frescos e secos. A conservação dos frutos e vegetais era um dos aspectos a que se dedicava com entusiasmo procurando encontrar processos de conservar as propriedades naturais dos mesmos.

A vertente artística não ficou esquecida com o seu regresso a Santiago. Aí colaborou com a banda de música local, servindo de regente em diversas ocasiões. Um episódio ilustra não só essa colaboração mas também a sagacidade de António Tomás Cardoso. A banda, já na altura bastante afamada, tinha sido convidada para as festas do Senhor de Matosinhos e deslocou-se para o Porto de comboio. À chegada à estação a comissão de festas desconfiou da capacidade daqueles músicos com ar rústico e calçados com tamancos, decidindo fazer o pagamento do cachet e dispensar de imediato os serviços da banda. António Tomás Cardoso recebeu a quantia acordada e para se despedir de tão gentil e séria Comissão fez a banda tocar um trinado.

Tal foi o sucesso que a dita Comissão já não os quis deixar vir embora, mas, para isso, acabou por assinar um novo contrato...

Além da música, paixão herdada do pai, António Tomás Cardoso dedicava-se à pintura e desenho e ao teatro. Em casa das irmãs levava à cena as peças que escrevia e encenava para um grupo amador composto apenas por homens. Em algumas ocasiões essas peças foram apresentadas com grande sucesso tanto



em Oliveira como nos concelhos vizinhos.

Tratava-se portanto, de um homem multifacetado, capaz de desenvolver as mais diversas actividades, mantendo ao mesmo tempo uma simplicidade que o fazia tratar com igual respeito todas as pessoas, independentemente da sua origem social.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

A sua primeira passagem pela Câmara, como Presidente de uma Comissão Administrativa, durou apenas um mês, tendo somente tempo para atribuir o Prémio Lopes Godinho e enviar um telegrama de condolências à família real, após o regicídio de 01 de Fevereiro de 1908.

As comissões administrativas foram impostas pelo Governo, que entendeu suspender os actos eleitorais para nomear, a partir dos Governos Cívicos, elencos camarários mais favoráveis aos seus interesses. Daí que na sessão de posse Augusto Leitão o vice-presidente contestasse esta comissão por ser ilegal e resultar de uma manobra do Administrador do Concelho. Era, no entanto, um problema a um nível superior.

Após a implantação da República a primeira medida tomada pela nova Câmara republicana foi enviar telegramas de felicitações ao Governo e Câmara de Lisboa.

Outra das medidas iniciais foi pedir a realização de um inquérito à Secretaria da Câmara até à data da sua entrada em funções.

Decide enviar para os jornais locais os resumos das actas para publicação. Nomeia uma comissão para proceder ao arruamento da praça da vila, composta por Alfredo e Alegria e Francisco Landureza, e outra para a toponímia.

Ao governo, pede a construção de duas escolas na vila, a criação de uma delegação da Caixa Económica Portuguesa na vila, a criação de uma escola mista em Fajões e outra feminina em Nogueira do Cravo, a criação de bilhetes de Ida e Volta na linha do Vouga e consegue a aprovação da construção da estrada entre a La-Salette e a estrada distrital 65.

Aprova alterações às Posturas relativas a taxas sobre os lugares na praça, posse de cães e exercício de caça; delibera não voltar a autorizar as construções de ramadas sobre caminhos — visto que isso acabava por estrangular a circulação.

Autoriza a colocação de tabuletas de publicidade, desde que não impeçam o trânsito e paguem uma taxa anual de 1\$000 reis, a venda de farelos e cereais a peso na praça e a colocação de candeeiros oferecidos por um benemérito em S. João da Madeira.

Inicia a construção da avenida para a estação, já pedida por câmaras anteriores. Junta-se à contestação relativa à nova fórmula de cobrança de impostos por ser prejudicial aos municípios.

### **Actividades complementares**

.....

### **Fontes Consultadas**

Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 8 — 1906/1909

Actas das Sessões da Câmara: Livro 23 — 1909/1911



Actas das Sessões da Câmara: Livro 24 — 1911/1914

Assento de óbito nº 34 do ano de 1939

Entrevista no dia 24 de Setembro de 2007 com as Sras. D. Maria Margarida Ferreira Cardoso Silva Pinto, D. Emília Freitas e Sr. Lázaro Pinto.

**Bibliografia Consultada**

...



## **Camilo Pacheco da Costa Ferreira**

**Nascimento:** 1842 — Santiago de Riba-UI

**Falecimento:** 30/12/1920 — Santiago de Riba-UI (Lugar da Fábrica)

**Filiação:** Filho ilegítimo de Maria Joaquina de Pinho

**Profissão:** Industrial/Proprietário

**Mandato(s):** 1908 a 1909

### **Elementos Biográficos**

Foi presidente da Junta de Paróquia de Santiago, tendo conseguido, durante esse período construir uma escola primária masculina, inaugurada em 01 de Dezembro de 1873. Nesse mesmo ano, foi escolhido para vogal do Conselho Municipal.

Foi também Administrador substituto do concelho, no ano de 1896.

Na primeira década do século XX é encarregado de fiscalizar a aplicação da prestação de trabalho na freguesia de Santiago (1902 e 1904), oferece-se para fazer a cobrança dos impostos por avença na mesma freguesia em 1903; fez parte da Comissão de Recrutamento Militar.

Em 1917, tal como Sebastião Fernandes de Almeida, foi nomeado para a Comissão de Abastecimento da vila e vogal da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial.

A sua vida esteve associada à beneficência, visto que não só ofereceu o terreno para a construção do edifício do Asilo da Infância Desvalida de Oliveira de Azeméis, como se associou a um conjunto de beneméritos que decidiram em 1895, custear as despesas de funcionamento do Hospital da Misericórdia por um período máximo de 5 anos, visto que o edifício estava construído mas não tinha rendimentos que permitissem o seu funcionamento. Além disso participou ainda na comissão criada, por António Simões dos Reis, para prestar socorro às vítimas das cheias de 1879.

Como industrial criou a fábrica de curtumes da Conceição, local actualmente conhecido como Alto da Fábrica, devido à existência dessa indústria.

Apesar de solteiro, à data da morte legou por usufruto parte dos seus bens a Maria Cândida Ferreira, viúva de Casimiro Silva Pereira, que vivia há muitos anos na sua companhia e o restante ao Asilo da Infância Desvalida.

Os seus livros, legou-os ao professor da freguesia.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

A eleição de Camilo Pereira, nas listas do partido Regenerador, foi contestada desde o princípio, pelos membros do partido Progressista que recorreram para tribunal.

Do pouco tempo que esteve em funções destaca-se: a compra de vacinas para os facultativos dos partidos médicos; a decisão de indemnizar o arrematante das maceiras e medidas por alguns géneros terem passado a ser vendidos a peso; o pedido de reparação de um caminho em Besteiros, destruído pelas obras de construção da Linha do Vouga; o pedido para o Eng. Neiva fazer o levantamento da planta da vila — embora autorizado, o pedido acabou por não ser concretizado por haver serviços urgentes para o funcionário executar. Estabeleceu as condições para ser feita a venda de milho nos mercados do concelho, abrindo concurso e seleccionando a proposta mais vantajosa; decidiu





fazer a venda de pinheiros do baldio do Caima e incluir no orçamento preparado para 1909 uma verba destinada a pagar despesas do Hospital de S. José, depois da ameaça da Comissão Distrital de chumbar todos os projectos que lhe fossem enviados pela Câmara de Oliveira sem uma rubrica para essa despesa.

Em Fevereiro de 1909, o Supremo Tribunal Administrativo anula a eleição de Camilo Pereira, pondo fim à sua actividade política.

#### **Actividades complementares**

Esteve também ligado à criação da Associação Protectora de Socorros Mútuos de Santiago de Riba-UI em 09/06/1884 que ocupou o espaço onde hoje está instalada a Junta de Freguesia.

Foi ainda vogal da Comissão Organizadora dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis.

#### **Fontes Consultadas**

A Opinião: 02/01/1921, 16/01/1921.

Actas das sessões da Câmara: 30/12/1873, 07/11/1894, 13/08/1896, 19/06/1902, 05/02/1903, 22/10/1903, 19/05/1904, 23/02/1905, 12/10/1905, 07/06/1916, 15/08/1917, 19/12/1917.

Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 8 — 1906/1909

Assento de óbito nº 646 do ano de 1920.

#### **Bibliografia Consultada**

César Guedes, Um olhar sobre o passado, CaimaPress, Oliveira de Azeméis, 1998, pp 83-84.

Correio de Azeméis: 15/09/1956, 22/02/1979, 26/06/1984, 08/10/1896



## **Paulo José Ferreira de Almeida**

**Nascimento:** 1868 — Cucujães

**Falecimento:** 16/01/1935 — Oliveira de Azeméis

**Filiação:** Paulo Ferreira de Almeida e Rosa Maria de Jesus

**Profissão:** Advogado, Notário e Industrial

**Mandato(s):** 1909-1910

### **Elementos Biográficos**

Irmão de Bernardino José Ferreira de Almeida, António José e João Ferreira de Almeida.

Casado com Ana Máxima Pais Carvalho de Almeida. Pai de Maria Hermínia Pais de Carvalho Ferreira de Almeida.

Foi professor primário na escola de Cucujães entre 1888 e 1890, ano em que pede a exoneração.

Contratado em algumas ocasiões como advogado da Câmara Municipal para a patrocinar em processos diversos, até à implantação da República.

Durante os anos finais da monarquia foi por diversas vezes nomeado para fazer parte das assembleias eleitorais, como presidente.

No ano de 1901, foi nomeado como suplente da Comissão do Asilo, e contratado pela Câmara para dirimir um processo de águas.

Em 1902 faz o exame de notário ficando aprovado. Era simultaneamente industrial, sócio da fábrica de vidros de Bustelo, que ofereceu a vidraça da sala ao Asilo da Infância Desvalida durante as obras de 1902.

Em 1903 foi nomeado notário de Escariz — Arouca.

Politicamente estava próximo da esfera progressista e integrou o grupo do Partido Progressista Oliveirense que faz uma visita de cortesia a José Luciano de Castro, no inverno de 1903.

Antes de 1909, exerceu como advogado em Vila do Conde, onde foi também Presidente de Câmara.

Foi vice-presidente da Assembleia-geral da Cooperativa de Oliveira de Azeméis. Sócio da Sociedade de Defesa e Propaganda Oliveira de Azeméis, criada em 1928.

Exerceu a actividade de Notário e Advogado até ficar incapacitado, o que aconteceu dois anos antes de morrer.

### **Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)**

Só toma posse depois de uma decisão do Supremo Tribunal Administrador considerar ilegal a eleição de Camilo Ferreira, tornando-se no último Presidente de Câmara da Monarquia.

Por entender ser necessário proceder a obras de melhoramento da Praça dos Vales, manda levantar a planta da dita praça.

Construída e inaugurada a linha do Vouga, era necessário proceder à construção de acessos pelo que é feito o pedido para a execução dos mesmos tanto em Oliveira de Azeméis como em S. João da Madeira. A este propósito irá aceitar a oferta de um terreno para a construção de uma avenida em S. João da Madeira, do benemérito António Santos Laranjeira. Para Oliveira mandará elaborar um projecto que ligue a estação à rua António Alegria e Feira



dos 11. Este projecto será contemplado com 650\$000 reis Posteriormente decide fazer o contrato com os herdeiros de Joaquim Alegria para construir a avenida da estação pela rua do Mártir.

A construção da linha de caminho-de-ferro teve como consequência a destruição de servidões e caminhos ao longo do seu percurso pelo que a Câmara teve que reclamar a reparação desses estragos á Companhia de Caminho de Ferro do Vale do Vouga.

Além disso ainda solicita ao Rei, que a continuação da linha se faça pelo trajecto inicialmente previsto, quando movimentações dos concelhos vizinhos pretendiam a sua alteração.

Constituída a corporação de bombeiros em 1906 e tendo-lhe sido entregue o material de combate a incêndios que a Câmara possuía, decidiu arrendar a parte do edifício escolar onde o mesmo se encontrava antes de ser entregue aos bombeiros.

Manda o zelador verificar se as construções em curso junto a ruas públicas transgridem as posturas, dando a hipótese de regularização no caso negativo. Manda fazer a regularização do piso do largo de St. António, junto à escola e reparar o caminho da Minhoteira.

Decide reformular as Posturas Municipais, fundindo as de 1886 com as publicadas avulso, dando particular enfoque aos aspectos relativos à obtenção de receitas.

Alarga o espaço do mercado em S. João da Madeira que se passa a realizar no largo da praça, largo de St. António e avenida Progresso, distribuindo a venda das mercadorias.

Altera a designação da Rua Progresso que passa a chamar-se Simões dos Reis, homenageando, deste modo, esse Oliveirense por adopção.

Aprova um regulamento de cobrança e fiscalização dos impostos municipais. Aceita a instalação, a título experimental, de candeeiros de iluminação pública a gás para avaliar se era um sistema mais económico que os candeeiros a petróleo.

Pede ao Governo a criação de uma escola feminina na Lage.

A título de curiosidade refira-se que autoriza a prática de jogos de futebol na Feira dos 11.

A última sessão a que preside tem lugar a 08 de Outubro de 1910, na qual aprova a acta da sessão anterior encerrando-a de seguida por não haver assunto.

### **Actividades complementares**

Secretário da Santa Casa da Misericórdia desde 1902 até ao início da década de 20.

### **Fontes Consultadas**

Livro de Actas 1888/1890 (18)

Jornal Povo: 01/02/1902, 12/04/1902, 09/07/1902, 22/11/1902, 21/03/1903, 18/04/1903, 18/11/1903, 09/10/1908, 20/02/1909,

Correio de Azeméis: 08/10/1925, 09/09/1926, 01/11/1928, 21/09/1957,

A Opinião: 19/01/1935

Actas das sessões da Câmara: 09/09/1890, 28/05/1895, 19/01/1901, 19/11/1901, 21/11/1923.



Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 8 — 1906/1909  
Actas das Sessões da Câmara: Livro 23 — 1909/1911

**Bibliografia Consultada**

....